

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **ACTA NÚMERO ONZE** -----

----- No dia 16 de Maio de 2006, pelas 10 horas, reuniu, em Sessão Extraordinária, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, para a realização de um Debate Específico sob o tema “*O Cidadão Portador de Deficiência e a Cidade*”. -----

----- Assinaram a “lista de presenças” os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Alberto Francisco Bento, Álvaro da Silva Amorim Sousa Carneiro, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, António Alfredo Delgado Silva Preto, António Manuel, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, António Paulo Quadrado Afonso, Armando Dias Estácio, Belarmino Ferreira Fernandes Silva, Carlos Manuel Marques da Silva, Deolinda Carvalho Machado, Domingos Alves Pires, Duarte D’Araújo Jorge Cardoso da Mata, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Fausto Jorge Gonçalves Teixeira dos Santos, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Filipe António Osório de Almeida Pontes, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro, Henrique José Praia da Rocha de Freitas, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Ismael do Nascimento Fonseca, João Álvaro Bau, João Augusto Martins Taveira, João Carlos Durão Lopes Saraiva, João Manuel Costa Magalhães Pereira, João Miguel Narciso Candeias Mesquita Gonçalves, João Nuno Vaissier Neves Ferro, João Paulo Mota da Costa Lopes, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Lopes Ramos, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, Jorge Manuel Mendes Antas, Jorge Manuel Virtudes dos Santos Penedo, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Luís Sobreda Antunes, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Rosa do Egipto, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, José Rui Roque, Luís Filipe Graça Gonçalves, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Marcelino António Figueiredo, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Alexandra Dias Figueira, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria Idalina de Sousa Flora, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Teresa Cruz de Almeida, Maria Virgínia Martins Laranjeiro Estorninho, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Nelson Pinto Antunes, Nuno Roque, Paula Maria Von Hafe Teixeira da Cruz, Pedro Alexandre Valente de Assunção, Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar, Pedro Pinto de Jesus, Rodrigo Manuel Neiva de Oliveira Leal Lopes, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rogério da Silva e Sousa, Rogério Gomes dos Santos, Rui António Francisco Coelho, Rui Manuel Pessanha da Silva, Sílvia Cristóvão Claro, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias, João Pedro Guimarães Gonçalves Pereira, João Vitorino da Silva, Carlos Alberto Rebelo Costa, Sérgio Rui Lopes Cintra, Sílvia Alexandra Fragoso

Fernandes Ferreira da Mota Lopes, Manuel Fernando Dias de Almeida, Luís Filipe da Costa Vieira da Silva, Pedro Manuel Tenreiro Biscuais Pereira. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Carlos Filipe Marques Lima, David Alexandre Ribeiro Valente, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João Miguel Martins Ferreira, Joaquim António Canelhas Granadeiro, José Joaquim Vieira Pires, Luís Ângelo da Silva Campos, Luís Baltazar Brito da Silva Correia, Luís Filipe da Silva Monteiro, Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Rodrigo Moctezuma (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Dias de Almeida. -----

----- Marta Rebelo (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Sérgio Cintra. -----

----- Miguel Coelho (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Pedro Biscaia Barreto. -----

----- Telmo Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Vitorino da Silva. -----

----- Pedro Sampaio Nunes (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Pedro Gonçalves Pereira. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Rui Marques (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Penha de França, por Carlos Alberto Rebelo Costa. -----

----- Ana Bravo de Campos (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de S. Mamede, que não foi substituída. -----

----- João Mourato Grave (PSD), Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos, por Luís Filipe Vieira da Silva. -----

----- José Vieira Pires (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Engrácia, por Sílvia Mota Lopes. -----

----- Justificaram a falta os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Victor Gonçalves (PSD), Luís Brito Correia (PSD) e Francisco Vasconcelos Maia (PS). -----

COMPOSIÇÃO DA MESA

----- A Senhora Presidente, Paula Teixeira da Cruz, que presidira aos trabalhos, encontrava-se ladeada na Mesa pelos Senhores Deputados Municipais: Saldanha Serra, do PSD, Rosa do Egipto, do PS, Modesto Navarro, do PCP, Carlos Marques, do BE, Rui Roque, do CDS-PP, e José Luís Ferreira, do PEV. -----

ABERTURA DOS TRABALHOS

----- Abriu os trabalhos a **Senhora Presidente**, que fez a seguinte intervenção: -----
----- “Senhores Deputados, muito bom dia. -----
----- Estamos em condições de dar início aos nossos trabalhos, e começo por fazer duas explicações preambulares. -----
----- A primeira é que a organização deste nosso debate não obedece a um modelo tradicional, como já se terão já dado nota, o que só foi possível, obviamente, com o acordo de todas as forças políticas representadas na Assembleia, e por isso também a presidência desta Sessão é uma co-presidência de todos os líderes das forças políticas representadas na Assembleia, a quem agradeço o empenho, a quem agradeço o esforço e a quem agradeço todos os contributos que deram para esta nossa Sessão. -----
----- A segunda explicação prende-se com o objectivo e o porquê deste debate. O entendimento da Assembleia é de que perante uma questão com a dimensão desta, aquilo que se justifica é ouvir a cidadania, ouvir as associações que estão no terreno, convidá-las a virem aqui, com toda a tranquilidade, com toda a naturalidade, com toda a liberdade, exporem-nos as suas principais preocupações para que nos permitam fazer um caderno de encargos que possa ser presente ao Executivo municipal. Esse caderno de encargos será tratado em sede de Comissão, na Assembleia, isto significa que esta Sessão terá um desenvolvimento, um *follow up*. Hoje vamos dar voz à cidadania, vamos ouvir as associações. É a isto que se destina esta Sessão. -----
----- Subsequentemente, os contributos que nos forem aqui trazidos, vão ser trabalhados por forma a que a Assembleia possa apresentar o tal caderno de encargos de que vos falei há pouco. É, portanto, uma Sessão de trabalho. -----
----- Agradeço às associações que estão aqui representadas, que participam neste debate e que nos estão a ajudar, e agradeço também àquelas que vão intervir e que de forma mais impressiva vão trazer aqui os seus contributos. -----
----- Peço-vos que entendam e que acorram a este nosso pedido. O nosso objectivo é que da nossa Sessão de trabalho saía algo que tenha continuidade, que não se esgote neste momento, que tenha continuidade e que fique para o futuro. -----
----- É esse o contributo que vos pedimos, com, uma vez mais, os nossos agradecimentos.” -----

----- **INTERVENÇÕES** -----

----- **A Senhora Presidente** deu a palavra à representante do SNRIPD – Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência. -----
----- E, enquanto a oradora era conduzida pelos serviços à tribuna, pediu desculpa pelas condições do edifício, porque estavam a debater este tema num edifício que tinha, como já se teriam dado nota, profundas deficiências no acolhimento. E até isso era para ser sublinhado, porque muitas vezes era de começar exactamente pela própria casa. -----
----- As circunstâncias eram estas e a Assembleia apresentava desculpas pelas poucas condições que tem o edifício onde funciona. -----
----- **A Senhora Dra. Luísa Pinheiro Portugal**, em representação do SNRIPD – Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente, por este convite que foi feito ao Secretariado, mas principalmente quero agradecer este projecto, este ouvir a cidadania, como foi acabado de dizer. O Secretariado quis estar presente, quer sempre estar presente em todos estes momentos de discussão, mas, mais do que isso, o Secretariado quer estar também em momentos de passagem para a acção. -----

----- Nós pensamos que todos estes encontros são importantes, é muito importante perceber as sensibilidades, as dificuldades, o dia-a-dia, eventualmente os pormenores de discriminação não visíveis. Para muitos de nós, em alguns momentos, muitas questões são invisíveis e, portanto, é importante ouvir as pessoas que sofrem no seu dia-a-dia e no quotidiano estas discriminações, digo mesmo assim. -----

----- Portanto, relevo, mais uma vez, esta iniciativa e oxalá sejamos capazes de, em conjunto, criar uma melhor cidade com melhores condições para todos os cidadãos. ----

----- No fundo, o grande objectivo e a grande missão de todo o Secretariado é prever e colaborar em todas as medidas que tenham a ver com os cidadãos com deficiência, mas temos que pensar que em termos globais e em termos universais, qualquer um de nós, em qualquer momento do seu percurso de vida, pode ser também um cidadão com deficiência. -----

----- Portanto, pensar em acções para a deficiência, no nosso entender é pensar de uma forma global, de uma forma universal, não pensar só as acessibilidades como acessibilidades, mas pensar as acessibilidades em termos de autonomia e de mobilização para todos os cidadãos. -----

----- Portanto, era um pouco esta a mensagem inicial. -----

----- Claro que trouxe um texto preparado, não estava à espera de ser logo a primeira, portanto gostaria de ser capaz de ter introduzido aqui algumas questões que fossem sendo levantadas ao longo do dia, mas já que tive essa oportunidade e que o texto está escrito e certamente muito mais organizado que esta minha entrada, vou passar a explaná-lo um pouco melhor. -----

----- Portanto, já manifestei o apoio à iniciativa, comprometemo-nos e esperamos críticas e sugestões até ao trabalho do próprio Secretariado, e digo isto em termos de alguns problemas porque a nossa experiência e realismo nos aconselham sempre à necessária prudência na expressão do desejo de que o leque de soluções seja abrangente e total. -----

----- De facto, sendo a cidade a natural confluência de muitas pessoas e interesses, difícil se torna explicitar um conjunto de medidas que de forma rápida e simplista tudo resolvam. -----

----- Estão em causa condições naturais, processos históricos, sociais e culturais, interesses políticos, corporativos e institucionais que muito influenciam, quer a aplicação das leis do Estado, quer as regulamentações que as autarquias ponham em execução. Não bastará, por isso, dispor de uma lei actualizada e bem elaborada, nem dispor de um regulamento camarário que, aprovado por unanimidade, se revele posteriormente de menos fácil implementação, expressão que julgo suficientemente correcta no contexto mas infelizmente reveladora de uma real dificuldade. -----

----- Estamos numa fase em que todas as inovações, modelos políticos e acções foram já testados, com bons e maus resultados. O que pretendo dizer é que os diagnósticos e as medidas mais evidentes estão delineadas e prontas, o próprio Regulamento para a Promoção da Acessibilidade e Mobilidade da Câmara Municipal de Lisboa, diz: ‘A cidade existente excluiu uns, exige demasiado esforço a outros e é um factor de desconforto e insegurança para a maioria’. Ora, a cidade é o sítio onde nos movemos no nosso dia-a-dia, no nosso trabalho, onde exercemos a nossa autonomia e a nossa cidadania. Portanto, quem pensa as cidades obrigatoriamente tem que pensar em todos os cidadãos que a vão usufruir. -----

----- Aguarda-se, neste momento, a publicação da nova legislação que visa contemplar as edificações públicas e privadas, como sabem é a revisão do conhecido Decreto-Lei 123/97, que existe já desde 1997 e que tem todos os problemas de aplicação que a maioria de nós conhecemos. -----

----- O próprio regulamento municipal sabemos que foi aprovado, por maioria, é difícil não ser politicamente correcto e não assumir estes documentos, mas depois, de facto, entrar num processo de aplicação total aí é mais difícil. Mas, se calhar, todos nós temos que dar as mãos para que seja possível a sua realidade. -----

----- Neste momento, o Governo está a desenhar um plano nacional de promoção e acessibilidades, e, por outro lado, tem um plano de acção e inclusão para as pessoas com deficiência e incapacidade, em que as áreas de cruzamento das acessibilidades, da autonomia, portanto de todo o usufruir dos espaços serão contemplados. -----

----- Reunidas estas condições dir-se-á que nada falta para que se alcance o êxito. É sempre a minha costela positiva a falar! Mais uma vez julgo que o excesso de optimismo não será o mais indicado, quando ao longo dos últimos anos sempre se verificou o surto de esperanças renovadas, com a natural sucessão de desilusões, generalizadas também. -----

----- Como já disse há pouco, o êxito, para nós, tem a ver com o pensar, de forma universal, para todos os cidadãos, para todas as formas de autonomia que seja preciso de alguma forma garantir. -----

----- Talvez, neste momento, se tenha atingido um ponto de situação cujo retorno se afigura difícil. De qualquer forma, eu acredito que a pressão de todos nós torna este retorno de alguma forma difícil. -----

----- Com os instrumentos legais adequados e com uma filosofia de actuação centrada na aplicação dos princípios do desenho universal, estaremos na via correcta, a qual necessita, todavia, da comunhão de todos os interesses em presença, de todos nós, individualmente, e das nossas instituições. -----

----- Por isso, relevo a oportunidade deste debate, certa de que o envolvimento sincero de todos é uma condição essencial para os avanços que se pretendem. -----

----- Contem com o apoio do Secretariado Nacional para a Reabilitação, que, como sabemos todos, a sua missão é colaborar na qualidade de vida das pessoas com deficiência. -----

----- Portanto, contem connosco com esta visão de futuro e com esta missão que nós pretendemos cumprir, mas que também precisamos de parcerias para a completar. -----

----- **A Senhora Dra. Guida Faria**, em representação da LPDM – Liga Portuguesa dos Deficientes Motores, fez a seguinte intervenção, enquanto ia passando o *data show*: ---
----- “Eu queria agradecer este convite, saudar a Mesa na pessoa da Sra. Presidente e de todos os presentes, os meus colegas aqui também presentes e dizer que o que me agrada mais neste encontro é justamente esta ligação entre a pessoa com deficiência e a cidade. Foi por isso que nós lutamos durante 50 anos, e penso que é importante trazer-vos este percurso, mesmo que rapidamente, porque ele mostra o que foi um diálogo, o que foi um percurso partilhado durante todo o tempo com a Câmara Municipal de Lisboa. -----
----- Nós sabemos que a questão mais importante, e é aquela que eu quero deixar aqui hoje como uma nossa proposta, é a questão da acessibilidade. A acessibilidade em termos de anulação das barreiras físicas, mas também outra acessibilidade, a mais importante, que é a das relações sociais, da atitude das pessoas. -----
----- Em 1954, quando a Liga foi constituída, porque formalmente só foi em 1956, levou dois anos para conseguir o reconhecimento dos seus estatutos, nessa altura era uma instituição nacional. E a nossa escolha foi, desde o princípio, pensar se realmente deveríamos ter aquela dimensão nacional. De facto, ela deveria ser assumida pela necessidade da existência absoluta de algum recurso nesta área, e por isso nós permanecemos com um carácter nacional até por volta dos anos setenta, enquanto fomos constituindo a instituição e criando condições para que ela pudesse ser, de facto, um centro de reabilitação e um centro de atendimento às pessoas com deficiência em todas as suas necessidades. -----
----- Nessa altura tivemos que criar um lar porque as crianças e os jovens vinham de todo o País, e nós estivemos confrontados com muitas situações como, por exemplo, chegar-se às férias e depois ninguém vir buscar esses jovens e essas crianças. -----
----- Por essa razão reflectimos e concentramo-nos então, a partir dessa época, na Cidade de Lisboa, partindo do princípio que as pessoas, a nível local, teriam muito melhores condições para desenvolverem as respostas às suas necessidades. E, por isso, fizemos durante todo o resto do nosso percurso acções de formação e de sensibilização para todas as pessoas poderem, a nível local, responder. -----
----- Concentramo-nos em Lisboa, e foi em Lisboa que nós começamos então a trabalhar directamente, tentando, primeiro, criar condições para nós mesmos, portanto candidatando-nos ao IV Plano de Fomento, que foi uma coisa que parte a maior parte das pessoas, pela sua idade, não sabiam o que era, mas isto foi antes do 25 de Abril. Começamos já com a preocupação do emprego, da formação profissional, e fizemos em 1970, finalmente, uma escritura com a Câmara para a cedência de um terreno. -----
----- Logo a seguir, houve um acontecimento muito importante. Foi o 25 de Abril, as coisas modificaram-se, a sociedade passou a ter uma voz mais forte, mais activa, e em 1981, Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, de facto Lisboa sentiu o impacto de ter que participar num evento mundial sobre um ponto em que fomos todos obrigados a reflectir, mesmo aquelas pessoas que estavam distantes desta problemática. Foi muito importante, eu recorro que nós coordenávamos o Distrito de Lisboa, e no final dessa reunião, na apresentação das conclusões, saiu a criação do NIPRED que foi um núcleo de atendimento a pessoas com deficiência, da Câmara Municipal de Lisboa.

----- Portanto, aqui já se mostra o efeito ligação e entendimento entre a instituição e a sua cidade. Porque, na realidade, nós não poderemos pensar que por muito efectivos que sejamos, por muito competentes no nosso trabalho da reabilitação, nós nunca seremos capazes de completar toda a nossa intervenção. Uma pessoa é um ser humano, tem uma globalidade de interesses e de perspectivas, e, nesse sentido, tem que ter em todos os momentos da sua vida, em qualquer etapa do seu desenvolvimento, o acesso a tudo aquilo que a rodeia e que é importante para o seu próprio crescimento interior. O homem não vive sozinho, o homem vive na sua circunstância, e é tão importante a família que o cerca, que é o núcleo mais próximo, como é importante a sua comunidade mais próxima: a sua rua, o seu bairro, a sua freguesia, a sua cidade. Isso nós não podemos esquecer. -----

----- E é por isso que nós, ao constituirmos a Escola de Formação Profissional de Lisboa, tivemos logo a preocupação de saber, dentro das áreas que íamos desenvolver, aquelas que a cidade até precisava. Porque naquela época, como ainda hoje, infelizmente, nós temos que lutar por uma questão de visibilidade, porque a maior parte destas pessoas não são tão visíveis quanto são as outras, e a sociedade muitas vezes se esquece do que acontece. -----

----- Lembremo-nos que se nós fizéssemos acções de formação, que colocássemos na cidade estas pessoas ou o produto do seu trabalho, nós conseguiríamos com certeza que, a pouco e pouco, os munícipes fossem reconhecendo, fossem admirando e fossem convivendo e reconhecendo as capacidades destas pessoas. -----

----- Por isso fizemos uma Escola de Calceteiros, fizemos uma Escola de Jardineiros, calceteiros porque naquela altura havia oito calceteiros em Lisboa e, portanto, era necessário atender a esse aspecto, e os bancos de jardim da Baixa Pombalina, por exemplo, foram todos feitos por nós e ainda continuamos a fazer. -----

----- E também pensamos que seria importante começar a sensibilizar pelas crianças, porque as crianças nunca perguntam se se pega, as crianças perguntam se dói, é diferente a sensibilidade delas. Por isso nós levamos o Município, em parceria connosco, a fazer, por duas ou três vezes, uma grande festa das crianças no Pavilhão dos Desportos, pelo Natal, em que todas as associações, todas as crianças, teriam o seu lugar e aí aprenderiam a conviver e a relacionar-se umas com as outras. -----

----- É importante também dizer que a Liga não esteve só preocupada com a deficiência. Também as doenças crónicas incapacitantes, e por isso nós criamos os núcleos da esclorose múltipla, da espondilite anquilosante, da epidermose bulhosa, e muitas outras doenças. No fundo aquilo nasceu de nós estarmos disponíveis para as famílias e para os doentes, e com os médicos tentarmos ver o que era possível fazer, sensibilizar, divulgar, como lidar com a doença, etc., etc., e isso trouxe realmente para nós uma grande satisfação por sabermos que hoje temos a Sociedade Portuguesa de Esclorose Múltipla e temos a Associação Nacional da Espondilite Anquilosante e também temos outros grupos que se foram constituindo e a quem nós demos apoio. -----

----- Mas em 1986 a Câmara Municipal decidiu então estabelecer connosco um protocolo, protocolo esse que, no fundo, tentava abranger todo aquele trabalho que nós vínhamos há vários anos desenvolvendo, e é esse protocolo que, decorridos 20 anos,

nós pedimos ao Sr. Presidente para ser actualizado, porque, na realidade, ele ainda está em muitos aspectos actual, mas neste momento, em que comemoramos os 50 anos da instituição, era importante que se fizesse o reviver desse momento tão importante. -----

----- E porquê tão importante? Porque foi o primeiro Município que estabeleceu um protocolo de acordo desta natureza, desta dimensão, com uma instituição, e particularmente uma instituição ligada a pessoas com deficiência, que era também outro aspecto ainda mais remoto a equacionar. -----

----- Houve um momento muito importante do trabalho que fomos desenvolvendo que foi o reconhecimento da Câmara Municipal pelo trabalho da Liga e, nesse sentido, foi-lhe atribuída, por unanimidade, a Medalha de Ouro. -----

----- E nesse ano fizemos uma outra acção muito importante. Nós começamos com a deficiência motora mas à medida que ela se foi facilmente integrando começaram a surgir, porque sobreviviam, porque as crianças começavam a aparecer com 3, 4, 5, 6 e 7 anos, já tínhamos alguns grupos mais velhos, com quadros muitíssimo mais complexos. Tinham deficiência motora, disfunção motora, mas também tinham outras disfunções neuro-musculares. E essas crianças não tinham ainda atendimento no quadro nacional de respostas. -----

----- Nós começamos esse atendimento nos anos setenta, mas foi em 1987 que nós achamos que aquelas crianças pertenciam àquela comunidade de Queluz, e era importante que elas estivessem na sua comunidade. Tal como nós tínhamos pensado que a Liga tinha que estar na cidade, também defendemos que cada pessoa deve viver na sua comunidade, onde tem as suas referências, onde vai fazendo a história passada e a história futura da sua vida. -----

----- Por isso, fomos à escola mas a escola não aceitou dar-nos uma sala onde pudéssemos pôr este conjunto de crianças, que tinham, de facto, uma disfunção muito grave. E foram os bombeiros, em frente da escola, que abriram a sua primeira porta. Isso foi muito importante, porque no ano seguinte já estávamos na escola e até ao ano 2000 abrimos mais dez salas em diversas escolas da cidade. -----

----- Como sempre, nós gostamos de avaliar o que fazemos e, por isso, o protocolo foi avaliado já em 1989, através de uma exposição sobre a Cidade de Lisboa, em que nós quisemos incluir aqui a preocupação da acessibilidade, portanto trouxemos àquela sala a história da cidade mas também chamando a atenção para as questões da acessibilidade, e chamando a atenção para aquilo que a instituição estava neste momento a fazer, portanto a parte dos calceteiros, a parte dos jardineiros, a parte dos bancos e, sobretudo, uma outra área que nós tínhamos que era a área da tapeçaria de Arraiolos com os desenhos do empedrado da cidade, que, de facto, é uma patente nossa e que é uma beleza. -----

----- Depois, à medida que o tempo foi andando, pensamos que era necessário fazer mais coisas. Era necessário pensarmos no emprego das pessoas com deficiência, trouxemos de França a ideia de um projecto que se chama “Operação para o Emprego de Pessoas com Deficiência – OED”, e esse projecto foi feito em protocolo com o Instituto e com a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- O que é que é a EOD, para quem não sabe? É uma espécie de mediador entre quem precisa de um emprego e quem tem um emprego para oferecer. Portanto, trabalhamos com os empresários, trabalhamos com todas as hipóteses onde haja a possibilidade daquela pessoa se realizar do ponto de vista profissional, e também trabalhamos com as pessoas com deficiência para poder avaliar, para poder orientar e ajudar a uma colocação de sucesso. -----

----- Reparem que este protocolo foi celebrado em 1990 estamos em 2006 e ainda não temos a acessibilidade garantida, mas a Casa Aberta, como assim chamamos, foi um processo que trouxemos dos Estados Unidos e que, ao longo destes 16 anos, tem conseguido, de facto, facilitar a vida a muita gente criando uma acessibilidade no seu domicílio. -----

----- As questões da acessibilidades são prementes, são aquelas que nós reforçamos hoje aqui com a nossa presença. E essas questões são tão importantes que nos fizeram criar, mais tarde, concretamente em 1992, a Associação Portuguesa de Design e Reabilitação, ligada ao Instituto Europeu de Design e Reabilitação, do qual somos co-fundadores. ----

----- E, no fundo, o que é que nós fizemos durante todos estes anos? Procuramos sensibilizar, informar e trabalhar com os estudantes das universidades ligadas à área das questões da acessibilidade, da arquitectura, da engenharia e do Design, no sentido de os alertar para um design universal. E é com imenso prazer que anúncio agora, em primeira mão, que proximamente, em Outubro provavelmente, poderemos fazer, em parceria com uma universidade, uma pós-graduação em design e diversidade. -----

----- Em 1992 a Câmara Municipal de Lisboa convida-nos para integrar a geminação da Cidade de Lisboa em Rabat e nós estivemos com as organizações do local e fizemos o protocolo, e também eles vieram até à nossa instituição para fazermos a formação dos agentes. -----

----- Agentes de intervenção para pessoas com deficiência foi uma figura que criamos nos anos oitenta, pelo facto de que estávamos já a ter uma grande população com multideficiência grave e profunda, e era necessário que o rácio, aqueles que tinham uma pessoa para outra, não fosse apenas de terapeutas, ou de educadores, ou de professores porque isso era insustentável. E, por outro lado, também não era o ideal. O agente tem como função ser uma ajuda permanente e complementa a outra pessoa que com ele se interliga. Portanto, há aqui um trabalho muito directo entre um e outro, que cria uma referência pessoal para ele e também cria para a família. -----

----- Em 1993 começamos nas conferências temáticas, já fizemos três ciclos de conferências temáticas para quê? Já levamos Senhores Deputados da Assembleia da República, já levamos os políticos, já levamos os nossos mestres mais reconhecidos, já levamos a comunicação social, e para quê? Para discutir aquilo que muitas vezes a gente não consegue fazer publicar no jornal, não consegue anunciar num sítio qualquer. -----

----- E, a propósito disso, quero referir que só em 1970 é que eu consegui um programa de televisão, mas com uma condição. O programa passou, de facto, algumas imagens da minha instituição com os meninos, mas só podia passá-las da cintura para cima e num programa feminino. Portanto, tivemos que esperar muito tempo até que o nosso querido amigo, Eng.º Filipe, começasse o programa Novos Horizontes e por aí fora, e hoje

temos um programa que o Secretariado Nacional da Reabilitação orienta, ‘O Consigo’, que é de facto um programa que é consigo, é comigo, é um programa de todos. -----

----- Em 1994 completamos quatro décadas da instituição e conseguimos reunir todas as associações que, ao longo dessas quatro décadas, tínhamos vindo a ajudar a constituir, muitas delas espalhadas de norte a sul do País, e muitas delas com áreas específicas de intervenção na área da doença, e o Centro Cultural de Belém deu a possibilidade, durante dois dias, que toda a gente pudesse apresentar a sua associação, a sua intervenção e o que é que estava a fazer. -----

----- Entretanto, inauguramos uma galeria, uma coisa que eu peço à Câmara Municipal há muitos anos, que é uma galeria numa rua qualquer, mas que não tenha que ser dentro da minha instituição porque nós todos sabemos que dentro da instituição as pessoas vão lá ver mas nós não queremos que as pessoas vão lá ver. As pessoas vão lá, quanto a mim, para conhecerem, para aprenderem a relacionar-se e para desmistificarem os seus medos e os seus receios desse relacionamento. Aquilo que nós fizemos foi criar uma galeria num corredor, por isso ela se chama ‘O Corredor’, e tivemos a sorte de ter do nosso lado os nossos maiores mestres da pintura, que aceitaram um desafio que fizemos que é eles trabalharem com os nossos jovens. Primeiro foi o Bual, foi um artista fantástico que esteve durante vários anos a trabalhar connosco, a seguir foi a Graça Morais, Zé Duarte, Zé Guimarães, Cargaleiro e muitos mais, Paulo Rego foi a última exposição, enfim. Isso tem sido muito bom porque nós nas nossas exposições anteriores não levamos ninguém e agora as pessoas vão porque temos o patrocínio de um artista reconhecido. -----

----- Em 1994 a Liga Portuguesa de Deficientes Motores, transforma-se numa LPDM – Centro de Recursos Sociais. Porquê? Porque estávamos em dois bairros muito carenciados e porque tínhamos recursos que deveriam ser úteis também para as outras pessoas. E já que nós não conseguíamos sensibilizar a sociedade de tal maneira para integrar toda a nossa população, e não apenas a nossa, quer dizer de uma maneira geral ter outra atitude perante a deficiência e perante a mobilidade condicionada, então nós trouxemos para dentro da nossa instituição todas as pessoas que tinham necessidades. Portanto, criámos cinco eixos do atendimento em que a Liga iria intervir, e que já vinha intervindo, e desses cinco eixos eu apenas vou falar de dois, que são os mais importantes. -----

----- A acessibilidade e vida independente: o objectivo é minimizar a desvantagem social causada pela deficiência e promover a igualdade de oportunidades. É o que todos nós queremos! O objectivo desta reunião é alcançar esta meta. E a acessibilidade tem a ver com os projectos que fizemos com a Câmara Municipal de Lisboa, a Casa Aberta, um projecto que nós achamos que deveria ser expandido a todo o País, a todas as Câmaras Municipais. No fundo, o que é que se pretende com a Casa Aberta? Nós temos os técnicos que sabem o que é que as pessoas precisam, quais são as alterações necessárias e fundamentais, e a Câmara tem os seus engenheiros, os seus arquitectos, a sua equipa que pode ajudar a conciliar essas necessidades de uma maneira operacional. Eu recorro que 22% das ajudas técnicas não são utilizadas em todo o mundo. Porquê? Porque vêm fora de tempo e porque muitas vezes não são adequadas. A Câmara

Municipal gastava muito mais dinheiro antes de ter este aconselhamento, esta orientação em que as pessoas estão preparadas para a ajuda técnica e em que a ajuda técnica significa, de facto, aquilo que elas precisam. -----

----- Nós criámos um centro de recursos para a vida autónoma, que é único no País, e que também não encontra diferenças com outros a nível europeu. -----

----- O que é um centro de recursos para a vida autónoma? É um centro onde qualquer pessoa se pode dirigir e solicitar ajuda para analisar a situação, para ver quais são as tecnologias que necessita, qual o treino, qual a forma de melhor conseguir obter, e a partir daí nós trabalhamos com a pessoa e com a família na sua utilização e optimização. -----

----- Também temos um posto de trabalho adaptado, que é uma mesa com todo o *softwere* que está à disposição de qualquer pessoa para a adaptação a um posto de trabalho que essa pessoa considere importante. -----

----- Outra área da nossa intervenção é o desenvolvimento pessoal e social. E aqui nós incluimos tudo: o que é a educação, o que é a intervenção em qualquer ciclo da vida das pessoas, nós temos desde o zero aos mais dos cem anos, temos vários programas de atendimento e é consoante a situação que a pessoa se inclui, e o nosso projecto é todo centrado na família e na comunidade. -----

----- Neste momento atendemos cerca de quatro mil pessoas por ano, do zero a mais de 100 anos, numa média diária de duzentos e tal pessoas. Temos programas de saúde abertos à comunidade, tudo o que fazemos está sempre aberto à comunidade. Todas as áreas da nossa intervenção podem ser sempre frequentadas por qualquer outra pessoa. Na Escola de Produção e Formação Profissional, em Chelas, temos as áreas de formação, artes gráficas, enfim, todas essas áreas que não vale a pena explicar. -----

----- Também temos a intervenção precoce, a educação incluída, temos cerca de setenta e tal meninos integrados em escolas, temos depois o centro de ocupação dos jovens a partir dos 16 anos, em que temos uma ocupação bastante larga. -----

----- A nossa luta com a Câmara Municipal de Lisboa tem sido sempre tentar que, a nível da comunidade, das pequenas comunidades, das pequenas freguesias, nós possamos integrar a nossa população. -----

----- O Conselho Municipal para a Integração da Pessoa com Deficiência foi, de facto, uma iniciativa da Câmara que eu acho que teve uma certa importância, está suspenso não sei se para sempre, se ocasionalmente, e temos também o Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração da Pessoa com Deficiência, que são os espaços onde nós nos podemos expressar e que eu penso que fazem falta. -----

----- Por outro lado, a Liga tem também vindo a desenvolver a sua área da investigação e do estudo, com projectos como a análise e levantamento sociológico e demográfico da Ajuda, de que resultou a criação de uma creche e de um clube de jovens – o clube de seniores já tínhamos também – para responder às necessidades da comunidade. -----

----- E desafiamos a Câmara para outro projecto. Há espaços, há jardins na cidade que são pouco visitados, têm pouca animação. Por que não criar pequenas unidades na restauração, que é uma área oficial que nós temos vindo a desenvolver, que possam ser um pólo atractivo e onde as pessoas se habituem a conviver com a diversidade? Foi

assim que inauguramos a Casa da Flor, em 2001, que tinha uma certa história porque era uma casa de jardineiros que havia no Parque Eduardo VII, esquina com a Rua Castilho, e que estava abandonada. Nós pegamos naquilo, fizemos um pequeno restaurante que agora foi um pouco prejudicado com as obras do túnel, mas que dentro em breve estará outra vez pronto para funcionar. -----

----- O Café Concerto é no Campo Grande, no extremo norte, agora vamos fazer um outro, é uma casa de banho que está na parte sul do Campo Grande. Não é negócio, devo dizer, estas unidades, que são empresas de inserção, não são rentáveis na medida em que não há ninguém que atravesse o Campo Grande, com aquela circulação de automóveis, para ir lá tomar um café. Mas à hora do almoço tem bastante gente e, sobretudo, há muitas mais pessoas a conviverem com esta nossa problemática. -----

----- Fizemos também um protocolo com a Escola Superior de Dança e criamos um núcleo de dança contemporânea. Penso que é importante que não haja campos vedados, que toda a gente tenha o direito de se expressar como o entender. Se aquela pessoa tem vontade de dançar ou se tem vontade de cantar, representar, etc., deve ter a acessibilidade. E aí chamo outra vez a atenção da Câmara Municipal de que, em Lisboa, a acessibilidade nos teatros e nos cinemas é muito relativa, mas, sobretudo, não há acessibilidade para os artistas que sejam portadores de uma deficiência, porque, provavelmente, na altura não se pensou que eles pudessem ser artistas. -----

----- Este foi um trabalho importante que fizemos também e que teve importância porque foi levado ao Parlamento Europeu, é um projecto europeu com vários países, e foi apresentado um estudo comparativo sobre o Livro Verde que a Comissão tinha lançado, e a diferença que existia em relação à interpretação para corresponder às necessidades das pessoas com deficiência. -----

----- Como já disse, inauguramos na Ajuda, na nossa freguesia, a creche e o clube de jovens, e também conseguimos uma coisa extraordinária, em 2003. Criámos a Liga Acesso, que é, dentro do Centro de Recursos para a Vida Autónoma, uma área especificamente para a questão da acessibilidade em meio urbano edificado. E conseguimos um protocolo, aliás não fomos nós foi a própria EPUL que nos convidou para fazer um protocolo em que nós fizemos formação para os arquitectos e para as equipas, e fizemos a análise dos projectos de base para os concursos. -----

----- Portanto, criámos mais uma empresa de inserção, temos já quatro empresas de inserção, e em 2004 constituímos a Fundação Liga de que, naturalmente, o Presidente Honorário é o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, e o Senhor Presidente da República é Presidente de Honra. -----

----- Agora, é curioso que em 2004 tivemos era cerimónia pública de escritura e tudo isso, e ainda hoje o Ministério da Administração Interna não reconheceu a Fundação. Penso que têm tido muito que fazer e não têm sabido muito bem como resolver o problema dos papéis, de maneira que estamos só à espera dessa oportunidade. -----

----- Fundação para quê? Fundação para garantir às famílias, em primeiro lugar, que para além do seu tempo de vida nós poderemos assegurar a sua representação junto dos seus descendentes. Foi por esse motivo que criámos a Fundação. E também para desenvolvermos toda a área da investigação, do estudo e da formação. -----

----- Em 2005 celebramos alguns protocolos, já trabalhando com as pessoas ligadas à Fundação, embora a Fundação não esteja reconhecida, e começamos a fazer formação e desenvolvemos vários outros projectos. -----

---- Termino dizendo que há os que sonham com o passado e se perguntam porquê! Nós sonhamos com o futuro e perguntamos por que não! Por que não a Câmara Municipal de Lisboa criar uma verdadeira acessibilidade, exemplar, para que todos nós possamos viver a nossa diversidade?” -----

----- **A Senhora Presidente:** “Senhora Dra., sendo esta uma Sessão de trabalho não me levará certamente a mal que lhe coloque só uma questão. Nós temos aqui os Srs. Vereadores Marina Ferreira, Sérgio Lipari Pinto e Gabriela Seara, e também a Sra. Vereadora Rita Magrinho, e quando a Senhora Dra., há pouco, falou da necessidade de actualizar o protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa, para nosso esclarecimento quais são as actualizações que, na lógica da Liga, se impõem?” -----

----- **A Senhora Dra. Guida Faria**, representante da LPDM – Liga Portuguesa dos Deficientes Motores: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente, por ter abordado esse assunto. Neste momento, o Sr. Presidente da Câmara Municipal já nos declarou que estaria interessado em fazer a avaliação. No fundo, nós não pedimos à Câmara que nos dê mais isto ou mais aquilo, não é essa a questão. O que nós queremos é que a Câmara, ao comprometer-se nesta actualização do protocolo, se vincule de uma maneira mais forte ainda àquilo que nós consideramos que é seu dever, que é criar a acessibilidade, que é facilitar a acessibilidade. -----

----- O que nós gostaríamos mesmo é que uma pessoa que nasceu e viveu sempre naquele bairro mantenha as suas referências, e o facto de ter um condicionamento da mobilidade, ou uma deficiência, não a impeça de continuar a viver na sua comunidade. E nós sabemos que as grandes cidades do mundo inteiro, em que se criaram as grandes superfícies, etc., estão pouco a pouco a regredir para criar as relações de vizinhança, porque as relações de vizinhança são um *appor* social extremamente importante. -----

----- E eu insisto que uma actividade, uma presença de uma associação ou de um grupo de pessoas com deficiência numa determinada comunidade só beneficia porque a vai humanizar, porque a vai sensibilizar, portanto vai torná-la muito menos egoísta, muito mais afável e otimizar os seus recursos porque acaba, nessa abertura, por haver uma comunidade diferente. -----

----- Nós estamos a falar dos deficientes, mas hoje a Liga, e principalmente a Fundação, preocupa-se com as pessoas. A pessoa que ao longo da sua vida tem em qualquer etapa dela um problema, uma dificuldade, ou até o próprio envelhecimento. E nós achamos que as pessoas com deficiência são mais atentas em muitos aspectos do que nós que não olhamos para tudo, são pessoas fantásticas. Há bons e maus como há entre nós. -----

----- Quer dizer, eu sou também uma pessoa com deficiência, tenho os meus problemas, as minhas dificuldades, já estive durante um período sem andar por um problema da coluna, mas eu acho que todos nós temos as nossas incapacidades, sejam de atitude, sejam de comportamento, sejam profissionais ou até da nossa relação social. E a presença dessas pessoas, que são normalmente trabalhadores extraordinários são

peçoas cumpridoras, são peçoas lutadoras porque lutaram uma vida inteira para chegar até um certo ponto, são exemplares. E é por isso que eu quero que a Cidade de Lisboa seja cada vez mais uma cidade aberta. Aberta do ponto de vista da diversidade humana, quer física, quer sensorial, quer até cultural. Lisboa tem que estar atenta, e nós temos alguns projectos nesse aspecto. -----

----- **O Senhor Coronel Manuel Lopes Dias**, representante da ADFA – Associação de Deficientes das Forças Armadas, fez a seguinte intervenção. -----

----- “Estou aqui em representação do Presidente da ADFA que não pode estar presente por impossibilidade devido a serviço urgente da associação. -----

----- Somos uma organização nacional, com sede em Lisboa, primeiro tivemos a nossa sede no Palácio da Independência e hoje, graças à Câmara Municipal de Lisboa que nos cedeu os terrenos, temos a nossa sede na Av. Padre Cruz, Freguesia do Lumiar, uma sede feita de raiz onde o todo o tipo de deficiência pode entrar e pode ser autónomo. Felizmente tivemos essa possibilidade com o apoio da Câmara, depois com o apoio do Governo na altura e outras entidades. Portanto, temos um tipo de sede onde todo o tipo de deficiência pode entrar e sentir-se livre porque está completamente adaptada no seu interior. Isso foi, de facto, uma grande vitória que nós conseguimos. Também está aberta a todos aqueles que nos queiram visitar. -----

----- Como representante da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, queria, em primeiro lugar, agradecer o convite e saudar os Senhores Deputados Municipais e a Assembleia Municipal, porque é extraordinária esta iniciativa de ouvir os cidadãos, e neste caso ouvir os cidadãos deficientes ou aqueles que os representam nas suas organizações. De facto, é importante este exercício cívico da parte da Assembleia Municipal de Lisboa no sentido de querer ouvir os cidadãos com deficiência, porque desde há muito lutamos e continuaremos a lutar, numa perspectiva positiva, para que tenhamos acesso à cidade, para que possamos conquistar a cidade, para que possamos usufruir desta cidade linda mas que, infelizmente, tem barreiras. -----

----- Já foi muito pior mas temos que ser optimistas porque muito se fez, e pela parte da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, desde a nossa criação, já lá vão 32 anos, temos como objectivo fundamental lutar, informar no sentido de que os cidadãos com deficiência sejam encarados, sejam aceites como cidadãos de pleno direito, cidadãos que pensam, cidadãos que amam, cidadãos que odeiam, cidadãos como todos os outros. Cidadãos que se querem afirmar na sociedade, cidadãos que querem ter acesso à educação, à formação profissional, à universidade, à família e criar os seus filhos. É disto que nós temos feito lema desde que criamos a associação em 14 de Maio de 1974. -----

----- Temos o objectivo específico da integração e o apoio a todos os cidadãos que durante o serviço militar ficaram deficientes, e muito especialmente aqueles que vieram da guerra colonial, e podemos hoje, passados esses anos todos, considerar que temos orgulho naquilo que fizemos porque conseguimos que muitos milhares de jovens, que na altura vieram destroçados das guerras, conseguissem uma integração na sociedade, tivessem direito ao emprego, à educação porque alguns tinham apenas a quarta classe e

outros nem isso e nós tivemos que lhes dar formação, e depois tiveram acesso a empregos. -----

----- Felizmente, no cômputo geral, podemos considerar que a nossa acção foi benéfica para muitos milhares de jovens que aos 22/23 anos vieram das frentes de guerra praticamente destroçados e que hoje são cidadãos com a minha idade, com os cabelos brancos, mas que conseguimos afirmar na sociedade termos o nosso emprego, sermos úteis, termos a nossa família e criar os nossos filhos. -----

----- Isto não foi feito só connosco! Também houve um grande objectivo à volta do Secretariado Nacional de Reabilitação. Há aqui uma grande estrutura! Penso que os Senhores Deputados Municipais saberão, mas deixem-me realçar a importância que foi a criação, em 1977, do então Secretariado Nacional de Reabilitação, hoje Secretariado Nacional para a Integração – SNRIPD. Este órgão foi fundamental porque foi à volta deste instrumento governamental que nós, responsáveis pelas organizações de deficientes, nos reunimos para começar a fazer o levantamento de todas as questões relacionadas com a deficiência. Foi um trabalho extraordinário que nós nunca poderemos esquecer, porque foi à volta desse Secretariado que nós encontramos, de facto, o espaço da nossa cidadania. Ali, digamos, foi a primeira câmara onde nós fomos ouvidos. Apesar das nossas diferenças, das nossas deficiências, fomos ouvidos como cidadãos, e eu não podia deixar hoje, aqui nesta audição pública por parte da Assembleia Municipal de Lisboa, de referir-me ao papel do Secretariado, hoje SNRIPD, e depois o próprio Conselho. -----

----- Também aqui eu queria fazer uma referência à Câmara Municipal de Lisboa, que tem um passado de sensibilidade em relação às pessoas com deficiência que é de realçar. Salvo erro, eu penso que a Câmara Municipal de Lisboa foi a primeira Câmara deste País e ter um Conselho Municipal para as questões da deficiência, outro fórum onde nós também fomos participar e tivemos oportunidade de ser ouvidos como cidadãos de corpo inteiro, o que é importante. -----

----- A Câmara já deu esse exemplo, e hoje, com esta iniciativa, a Assembleia Municipal está na continuidade dessa sensibilidade, para que, de facto, a nossa cidade, a nossa capital, onde a minha organização tem a sede, embora tenhamos 12 delegações desde Bragança aos Açores, mas é aqui na sede em Lisboa que acontecem as coisas de maior vulto da nossa organização. É nesta cidade que nós queremos participar, estivemos prontos participar sempre que fomos chamados e demos o melhor de nós próprios na criação de condições para que a cidade seja, de facto, um espaço aberto, um espaço que as pessoas com deficiência possam usufruir, sair de casa de manhã e saber que quando chegam à cidade, que a cidade não tem portas para elas, que a cidade está aberta. Ainda não está totalmente aberta, mas vamos todos contribuir para que ela seja mais aberta, para que seja um espaço mais acolhedor para todos os cidadãos: deficientes, idosos, crianças. Para todos! -----

----- E agora queria referir-vos aqui, de passagem, que nós na ADFA, neste momento, passamos o ciclo dos mais jovens, hoje estamos a alcançar já uma idade à volta dos 60 anos, e estamos nesta altura com um projecto entre-mãos que se chama “ADFA – Rede Solidária”. É um projecto para o qual pedimos já o contributo de uma universidade,

neste caso do ISPA – Instituto Superior de Psicologia Aplicada, que o está a apoiar. É um projecto de âmbito nacional que nós estamos neste momento a lançar para quê? Para encontrarmos soluções, ou seja, os deficientes é que vão encontrar soluções para que a nossa terceira-idade, que se aproxima, seja encarada com dignidade e que ao chegarmos à terceira-idade não sejamos olhados como cidadãos que entraram na fase de esperar a morte. -----

----- Este é um projecto que nós pensamos que tem alguns factores de inovação no sentido de que a terceira-idade das pessoas com deficiência, que é se calhar uma terceira-idade mais dura porque ser-se cego, andar numa cadeira de rodas e ser idoso com certeza que trás outros problemas. Então este projecto que nós estamos a lançar a nível nacional, mas cuja cabeça está em Lisboa e é por isso que eu estou a falar dele, tem interesse também para a Câmara, com certeza que nós iremos também entrar em contacto com a Câmara porque à volta de Lisboa e dentro da própria cidade temos muitos sócios, nomeadamente no Bairro da Encarnação onde temos um aglomerado enorme de associados, e este projecto vai no sentido de que é necessário criar essas estruturas, encontrá-las porque elas já existem, muitas vezes é preciso rentabiliza-las para que as pessoas com deficiência, quando entram na terceira-idade, possam continuar a exercer os três passos da dignidade: -----

----- O projecto de vida, porque a pessoa quando vai para um lar, quando vai para uma instituição assistida, não deixa de ter um projecto de vida, todos temos um projecto de vida até à morte e, por isso, o projecto de vida é o primeiro passo. -----

----- A participação é o segundo passo, digamos que nós aos chegar à idade maior não podemos deixar que as pessoas não participem, elas participam no seu próprio projecto de vida, participam na sua instituição, têm que ser ouvidas e, se calhar, se nós perguntarmos quantos lares ou instituições voltadas para a terceira-idade, têm previsto que as pessoas que estão lá internadas tenham direito de participação, nenhum ou muito poucos terão isso! Então, é preciso inovar, é preciso meter também esta componente, a participação. -----

----- A intervenção cívica é o terceiro passo. Isto é, a pessoa, depois de deixar o trabalho e de educar os filhos, continua a ter o direito à intervenção física. É um cidadão, contínua a votar, continua a ter direito a dizer o que quer, neste caso para a sua cidade e, mais largo, o que quer para o seu País. -----

----- Portanto, a postura da ADFA é esta: trabalhar em conjunto com as instituições que foram criadas, nomeadamente com o Secretariado e com a Câmara Municipal, trabalhar em conjunto com outras instituições de deficientes para encontrarmos as soluções para que a Cidade de Lisboa seja uma cidade agradável que possa ser usufruída a todos os níveis. -----

----- E queria agora dar-vos só um exemplo, um exemplo que é comezinho mas que representa a maneira como nós na Cidade de Lisboa, na capital, ainda estamos a trabalhar de costas voltadas uns para os outros. A nossa sede é na Av. Padre Cruz, ali ao cimo da Rua Rainha D. Amélia, quem sobe do lado direito, a Junta de Freguesia já fez trabalhos de acessibilidade mas ainda falta fazer mais algumas coisas, e esse

exemplo comezinho é que está lá um sinal de trânsito à altura de 1,73 metros, que é justamente a minha altura e eu próprio bati lá. -----

----- Bati e bati forte porque foi para o Hospital de Santa Maria. A ADFA fez uma exposição à Junta de Freguesia que pegou nisso e mandou para a Direcção de Tráfego da Câmara e passado um ano e três meses o sinal continua lá. Eu já lá bati, outros já lá bateram, aquilo é uma lâmina que está ali voltada para as pessoas cegas que passam. Evidentemente que eu já lá bati e não bato outra vez porque passo de lado. Mas é um facto que nós tomamos providência, a Junta de Freguesia do Lumiar tomou providência, e depois para cima não houve resposta. Se calhar, Senhores Deputados Municipais, teremos de encontrar aqui um instrumento da Câmara que facilite, que dê respostas rápidas a todos estes problemas que vão acontecendo na cidade e que os deficientes, ou as suas organizações, vão pondo aos munícipes, às Juntas de Freguesia, a todos. É preciso encontrar qualquer coisa que funcione, que rentabilize o esforço de todos nós porque não podemos andar a rentabilizar meios nem a perder tempo com burocracias. --

----- Para terminar deixava uma sugestão minha. Lisboa é uma cidade grande mas tem Juntas de Freguesia, e que as Juntas se agrupem e façam, sei lá, um mini concelho em que juntem as organizações de deficientes e outras que entenda para fazer o levantamento de cada freguesia em relação a estas questões, as questões da acessibilidade. Elas são tantas, há muitos pormenores, e se de facto cada Junta em contacto e colaboração com as organizações que estão na sua área territorial fizer um levantamento em matéria de acessibilidades, e depois juntarem esse projecto ao projecto da Câmara, depois digamos que era só definir prioridades e avançar. -----

----- Há dias, num colóquio onde eu estive, o Dr. Carlos Preza, do Secretariado, que eu saúdo daqui, dizia que nesta questão das acessibilidades está tudo descoberto, os levantamentos foram todos feitos. Toda a gente sabe que em manuais, em legislação, está tudo descoberto, o que é necessário é que os transportes, as nossas escolas, sejam acessíveis a todos. Então temos de passar à segunda fase, à fase do fazer, e para o fazer temos de ser todos pró-activos, fazer numa perspectiva de que as coisas não se fazem de um dia para o outro, que tem que ser com o esforço de todos, os recursos são escassos, mas quando há vontade dos políticos – e aqui está a prova de que há porque eles estão aqui e fizeram esta Sessão – quando há disponibilidade das organizações para participar, e também há, não tenho dúvidas, os recursos vão aparecer. E nós estamos na Europa e a Europa também tem recursos! -----

----- Então, se juntarmos todas essas sinergias e com a Câmara à frente, que dá o exemplo e que está sensibilizada, eu penso que nós, dentro de alguns anos, se calhar teremos também o prazer de dizer que Lisboa, como Barcelona, é uma cidade acessível, é uma cidade onde todos podem ter acesso, onde todos podem ser felizes, porque é para isso que as cidades existem, para que possam ser usufruídas e para que nos possam aceitar e acolher no exercício da cidadania que todos os dias fazemos.” -----

----- **O Senhor José António Subtil**, Presidente da ANDST – Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho, fez a seguinte intervenção: -----

----- “É com bastante satisfação que me encontro aqui. Agradecer mais uma vez à Sra. Presidente da Mesa da Assembleia, uma pessoa muito vocacionada para estes

problemas das pessoas portadoras de deficiência, já no cargo que ocupava anteriormente como Governadora Civil demonstrara o quanto estava vocacionada para estes casos, portanto vamos ter pessoa para nos acompanhar. -----

----- A Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho foi fundada em 1976 e é uma instituição particular sem fins lucrativos. A sua sede é na Cidade do Porto e tem delegações em Coimbra, Leiria e Lisboa. -----

----- É uma associação para sinistrados, e aqui quero chamar a atenção de que há duas associações no nosso País oriundas dos mesmos problemas: uma é a RTFA em que todos os seus sócios são oriundos do exército, outra é a dos Sinistrados no Trabalho em que todos os seus sócios são oriundos do trabalho. Há aqui uma coisa muito interessante, é que todos os nossos sócios já foram trabalhadores. Uns vêm cá parar por doenças profissionais, outros por acidentes de trabalho. Também vou fazer essa divisão. -----

----- Portanto, é uma associação que está filiada na Confederação Nacional dos Deficientes e na Federação Internacional de Doenças Profissionais. -----

----- Quando falei nos dois tipos de sócios, de doenças profissionais e de acidentes de trabalho, é para vermos um bocadinho a grandeza e os problemas que esta associação tem. Quando há um acidente de trabalho ninguém está preparado para esse acidente de trabalho. Isto nunca nos acontece a nós, acontece sempre aos outros, e quando se dá o acidente de trabalho é uma rotura imediata que há com a família, com o trabalho, com tudo. Quer dizer, desaba aquela casa por inteiro. -----

----- Os grandes profissionais, como se costuma dizer, são as vítimas que aguentam aquilo tudo, sabendo que mais tarde vão morrer de uma doença mas como não têm possibilidade de fugir eles aguentam o tempo todo a trabalhar, sabendo que a morte os espera em virtude da doença que estão a adquirir constantemente. -----

----- Temos os mineiros, os homens dos mármore, os homens da cortiça, que sabem que ao longo da sua vida de trabalho vão adquirir doenças que os levam prematuramente à morte, mas heroicamente, porque não têm outra forma de trabalhar, vão lutando e vão lá estando. -----

----- Dentro dos princípios que eu falei há pouco de se dar o acidente de trabalho e desabar tudo na casa daquele trabalhador, portanto o ganha-pão desapareceu, fez a nossa associação um projecto-piloto, com a colaboração do Secretário Nacional de Reabilitação, que é acompanhar a vítima logo após o acidente. Porquê? Porque nós sabemos que logo após o acidente há necessidade de apoio psicológico de forma a minorar todos os problemas que aquela família tem, de forma a que a cura seja mais rápida e se integre o mais rapidamente no seu local de trabalho. -----

----- Este projecto está em funcionamento, termina agora, fizemos os primeiros levantamentos, e aqui tentamos envolver todas as Câmaras e Juntas de Freguesia da Área Metropolitana de Lisboa. Mas, não sei porquê, se calhar não chegou cá, a única Câmara que não nos deu resposta para marcar uma audiência para discutirmos este projecto-piloto foi a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Neste momento já temos protocolos assinados com algumas Câmaras e com algumas Juntas de Freguesia, porque o protocolo não ia pedir dinheiro para este levantamento. O que é que o protocolo pretendia? Uma informação mais rápida dos

utentes que tinham necessidade da nossa associação. Por exemplo, todos nós sabemos que as freguesias são a primeira plataforma do cidadão junto da autarquia, e quando se dá um acidente na freguesia a população sabe e as famílias costumam ir à Junta de Freguesia perguntar o que fazer, e a Junta então indicava-os para nós. -----

----- Nós temos os nossos psicólogos clínicos, acompanhávamos o problema do sinistrado no sentido de saber se está a ser bem tratado pelas companhias de seguros ou não, e mais tarde procurávamos integrá-lo novamente no posto de trabalho. Isto é, após a sua cura clínica, íamos junto da entidade patronal de onde ele era oriundo, na medida em que a lei permitisse, e chegaríamos dizendo: ‘olhe, está aqui o funcionário, está pronto a vir mas não tem um braço, ou uma perna, que é que o senhor tem para lhe dar?’. E ele dizia assim: ‘podes ir para o mesmo posto de trabalho ou para outro posto de trabalho que tenho ali’. Então, nessa altura, iria tirar uma formação profissional para que pudesse ocupar o posto de trabalho que estava à espera dele lá na oficina. -----

----- Também deveria ser acompanhado nos primeiros dias junto dos seus camaradas de trabalho para que não pensassem que ele, por não ter uma perna ou não ter um braço era um coitadinho que ia para lá, mas sim que era um ser normal para ser adaptado ao novo posto de trabalho e, por outro lado, também junto da família. -----

----- E aí terminava o ciclo desde o acidente até à integração. Para isso precisamos do quê? De colaboração das Câmaras, colaboração dos hospitais com quem temos tido reuniões, colaboração das Juntas de Freguesia, porque, efectivamente, nós sozinhos não somos nada, e por isso precisávamos dessa colaboração. -----

----- Esse era o protocolo que nós tínhamos tratado e que estamos a tratar. É possível que a Câmara de Lisboa agora, porque eu escrevi várias vezes e até nem sabia a quem me dirigir e só mais tarde vim a saber, e mandei uma carta para termos uma reunião para ver como é, porque estou convencido que a Câmara de Lisboa está vocacionada para estes casos. Tenho a certeza que ela está vocacionada e só por a carta se perder é que não fomos atendidos. -----

----- Portanto, estamos à disposição para com a Câmara Municipal de Lisboa também entrarmos no desafio deste nosso protocolo. -----

----- Independentemente da eliminação de todas as barreiras arquitectónicas que temos por aí, o Dr. Carlos Pereira disse, e muito bem, que elas estão todas inventariadas. Só que agora surgem alguns passeios estreitos e põem pilaretes e se for um deficiente numa cadeira de rodas tem que sair do passeio e ir para a estrada porque não passa entre os pilaretes e a parede. Portanto, chamamos a atenção porque ultimamente, não sei porquê, está a surgir isto. -----

----- Por outro lado, em termos de mobilidade, por exemplo eu para vir aqui hoje tive que ver como era o transporte. Perguntei: ‘há aí parque para estacionarmos?’. Arranjaram-me parque para estacionar, sim senhor, mas se eu quiser vir a uma Sessão da Assembleia não tenho parque para estacionar aqui. Não há! Junto dos edifícios públicos tem que haver estacionamento para deficientes. -----

----- Por exemplo, nas grandes superfícies comerciais vejam os parqueamentos que eles põem já com medidas internacionais, porque há aí alguns parques que não têm medidas

internacionais e o deficiente quer abrir a porta do carro para sair e não consegue porque bate logo no outro, quando os tais das grandes superfícies já têm todas as condições. ----
---- E quanto aos transportes em geral também temos que dar uma achega nisso. Não sei bem como estão agora e não queria cometer um erro, mas os transportes que se fizeram, esses *mini-bus*, quando pegavam num trabalhador às 6 horas da manhã para o deixar à 9 no seu local de trabalho, porque tinham que pegar quatro ou cinco e percorrer quase toda a cidade. Não sei se isso ainda funciona assim ou se não, mas se funciona, funciona mal. -----

---- A nossa associação não é assim tão pequena quanto isso, tem 11.545 sócios, já é uma associação com algum peso, está situada no Porto, Coimbra, Lisboa e Leiria, apoiamos no ano passado 3.890 sinistrados e doenças profissionais nos tribunais de trabalho, e temos neste momento apoio jurídico, psicológico e clínico com a colaboração do Secretariado Nacional de Reabilitação, que é um apoio com um projecto inédito e que queremos continuar para bem de todos nós. -----

---- Portanto, desejo a todos um bom trabalho, que se faça uma campanha nacional como estamos aqui a fazer só sobre Lisboa, e contem connosco para tudo o que precisarem que estamos à disposição.” -----

---- **O Senhor Leonel Almeida**, Vice-Presidente da APD – Associação Portuguesa de Deficientes, fez a seguinte intervenção: -----

---- “Em nome da Associação Portuguesa de Deficientes quero felicitar a Assembleia Municipal de Lisboa pela realização deste debate, porquanto consideramos ser fundamental trazer para o plano da discussão pública as questões relativas às pessoas com deficiência. Aproveitamos para agradecer a oportunidade de podermos transmitir as preocupações dos nossos associados e das pessoas com deficiência em geral sobre as condições de vida que a Cidade de Lisboa lhes oferece. -----

---- Segundo estudos realizados pelo Eurostat, 15% da população europeia tem uma deficiência. Ora, isto significa que em Lisboa residem cerca de 8.470 indivíduos com deficiência. Trata-se de um número significativo de cidadãos cuja visibilidade é significativamente reduzida, facto que por si só traduz a sua limitada participação na vida social. -----

---- Esta invisibilidade, que no passado serviu de alguma forma para negligenciar a protecção legal das pessoas com deficiência, não pode actualmente justificar uma aplicação menos rigorosa dos instrumentos de Direitos Humanos existentes. Como afirmou o anterior Relator Especial da Deficiência das Nações Unidas a ‘principal tarefa do sistema internacional neste campo é tornar a sociedade consciente da contradição entre os valores por ela professados e a sua aplicação (ou mais propriamente a sua não aplicação ou aplicação deficiente) no contexto da deficiência’.

---- O que acontece de facto, e isto não se limita à Cidade de Lisboa, é que as pessoas com deficiência continuam a enfrentar um conjunto significativo de obstáculos que limitam, e não raras vezes impedem, a fruição dos direitos mais elementares consagrados na Constituição da República Portuguesa. Estes obstáculos, não se limitam as barreiras de natureza física, têm também subjacentes factores culturais, económicos e sociais que devem ser combatidos, desde logo ao nível local. -----

----- As autarquias têm, desde 1999, obrigações acrescidas, decorrentes da transferência de competências, em garantir a igualdade de oportunidades e igualdade de direitos. E têm-no ao nível da educação, da saúde, da cultura, etc., porquanto lhes compete assegurar as condições mínimas de funcionamento dos equipamentos sociais que lhes estão associados. -----

----- Não sendo intenção da Associação Portuguesa de Deficientes produzir qualquer libelo acusatório contra os executivos camarários, não podemos deixar de assinalar que a evolução das políticas autárquicas relativas à inclusão social das pessoas com deficiência, tem sido francamente diminuta. -----

----- A prová-lo estão as inúmeras dificuldades que as crianças, jovens e adultos com deficiência têm no acesso aos equipamentos educativos, culturais, desportivos, de transportes, etc., a circular na via pública e mesmo o acesso a grande parte dos serviços e departamentos municipais. A prová-lo estão também os inúmeros casos de pessoas com grandes dependências que não têm serviços de assistência domiciliária e que vivem em condições degradantes nesta nossa grande e bela cidade. -----

----- Todas estas condicionantes têm implicações sérias na vida económica destes cidadãos. Não é por acaso que as pessoas com deficiência são os mais pobres de entre os pobres. -----

----- O grande problema da sistemática falência do processo de inclusão social dos cidadãos com deficiência, tanto a nível nacional como local, assenta, quanto a nós, no facto de se continuar a ignorar as necessidades das pessoas com deficiência, quando se definem as políticas e medidas para a população em geral. Sendo a deficiência uma matéria transversal, a definição de políticas não pode estar circunscrita a um departamento ou pelouro, mas a todos eles em conjunto. De outra forma, deparar-nos-emos sempre com medidas desajustadas que não servem alguns cidadãos e podem mesmo pôr em causa a sua integridade física ou moral. -----

----- Esta falência decorre também do facto das pessoas com deficiência não serem ouvidas com regularidade no processo de planificação e monitorização das políticas autárquicas. A Recomendação Rec. (2001)19, de 6 de Dezembro de 2001, do Comité de Ministros aos Estados-Membros sobre a participação dos cidadãos na vida pública a nível local, aconselha: 'Reconhecer e valorizar o papel das associações e grupos de cidadãos como parceiros essenciais do desenvolvimento e da manutenção de uma cultura da participação e como força de exaltação para a prática da participação democrática'. -----

----- Muito embora, o Conselho Municipal para a Integração da Pessoa com Deficiência tivesse conhecido deficiências no seu funcionamento, a sua inactividade é bem mais gravosa. De facto, perdeu-se o único órgão consultivo para as questões da deficiência da Cidade de Lisboa, sem que tenha sido criado qualquer outro para o substituir. -----

----- Sabe-se que os problemas com que se deparam as pessoas com deficiência são de natureza diversa, como diversas são as soluções para os resolver. Ninguém melhor que as suas organizações representativas pode delinear as soluções para eliminar os obstáculos que se interpõem entre estes cidadãos e a plena participação na sociedade.

Por isso, urge reactivar ou substituir o CMIPD, garantindo, assim, que a recomendação do Comité de Ministros seja acatada e conseqüentemente seja assegurada a participação democrática dos cidadãos com deficiência na construção da sua cidade. -----

----- Termino recordando as orientações das Nações Unidas para o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência: -----

----- ‘A observância do Dia em 2004 focará o envolvimento activo das pessoas com deficiência no planeamento de estratégias e políticas que afectam as suas vidas. O lema ‘nada sobre nós, sem nós’ fundamenta-se no princípio da participação, e tem sido utilizado pelas Organizações das Pessoas com Deficiência ao longo dos anos como parte do movimento global para alcançar a plena participação e igualdade de oportunidades para e com as pessoas com deficiência. -----

----- O envolvimento activo das pessoas com deficiência no processo continuado da elaboração de uma Convenção para a promoção dos direitos das pessoas com deficiência provou ser um excelente exemplo de como o princípio da plena participação pode ser posto em prática e pode contribuir para o desenvolvimento de verdadeiras sociedades inclusivas, nas quais todas as vozes são ouvidas e as pessoas com deficiência podem ajudar a moldar um mundo melhor para todos.’ -----

----- Julgamos que esta mensagem traduz as grandes expectativas das pessoas com deficiência e que este é o princípio fundamental pelo qual se deve reger um Estado apostado em incluir todos os cidadãos, sem excepção.” -----

----- **A Senhora Dra. Isabel Cotinelli Telmo**, Presidente da FPA – Federação Portuguesa de Autismo, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada por esta oportunidade. Quero cumprimentar a Mesa e também todos os presentes, muitos de vós que eu conheço de outras batalhas, e de batalhas muito constantes e por vezes muito inglórias. -----

----- Eu venho falar em nome da Federação Portuguesa de Autismo que é uma pessoa colectiva de direito privado, com a natureza de instituição particular de solidariedade social, com sede em Lisboa. Foi fundada em 2003 mas iniciou as suas actividades em Janeiro de 2004. Tem âmbito nacional e substitui a organização nacional APPDA – Associação Portuguesa para a Protecção aos Deficientes Autistas (anteriormente denominada Associação Portuguesa para a Protecção às Crianças Autistas), fundada em 1971. -----

----- Neste momento, a Federação tem 10 membros e está em vias de ter mais 3, portanto está representada um pouco em todo o País, embora a sua sede seja em Lisboa. -----

----- O autismo é uma perturbação do desenvolvimento, para quem não saiba, que dura toda a vida. Os cidadãos com autismo têm perturbações ao nível da comunicação, da interacção social e dos comportamentos que, por vezes, são estereotipados, e a falta de imaginação criadora em certos campos. Portanto, são pessoas que têm muita dificuldade de inclusão na sociedade. -----

----- A Federação Portuguesa de Autismo deve promover e apoiar as iniciativas dos seus membros e ajudar a implementar novas organizações. Representa os seus membros

junto das organizações públicas e privadas, portuguesas ou estrangeiras, que perseguem os seguintes fins: -----

----- - Apoiar a investigação da etiologia, da fenomenologia e da terapia das perturbações do espectro autista. -----

----- - Colaborar com os investigadores de modo a melhorar a qualidade de vida das pessoas com autismo e outras perturbações do espectro autista. -----

----- - Contribuir para a melhor qualidade de vida das crianças com autismo e outras perturbações do espectro autista através do diagnóstico e da intervenção precoce. -----

----- - Promover a educação e a preparação das pessoas com perturbações de espectro autista com vista à sua integração escolar e social. -----

----- - Apoiar as famílias das pessoas com autismo. -----

----- - Lutar pelos direitos das pessoas com autismo. -----

----- A APPDA-Lisboa – Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo é o membro mais antigo da Federação Portuguesa de Autismo. Fundada em 1971, é hoje a Associação de Lisboa. -----

----- A Associação de Lisboa tem diversas valências. A Câmara Municipal de Lisboa, nos anos oitenta, cederam-lhe um terreno com 12.000 m², em direito de superfície, no Alto da Ajuda, e nesse espaço tem 2 centros de Apoio Ocupacional, uma Escola de Ensino Especial, várias estufas, uma piscina, várias instalações para tudo, e dá apoio, portanto, a cerca de 60 jovens e adolescentes com autismo. -----

----- Por outro lado, na escola especial dá a poio a algumas crianças com autismo que, pelas suas condições, não conseguem estar integradas nas escolas de ensino regular. Isso é uma pequena parte, porque a grande parte da nossa actividade é também dar apoio, através de uma parceria que temos com o Ministério da Educação, às pessoas que estão incluídas nas escolas de ensino regular. Para isso temos uma equipa especial. -

----- Além disso, temos apoio residencial para cerca de metade dos nossos utentes. Temos quatro pequenas habitações em Lisboa, para 6 ou 7 jovens, e temos uma outra em Carcavelos. -----

----- Os alunos da APPDA-Lisboa têm uma Banda que é internacionalmente conhecida que tem sido regularmente convidada, para Paris, Burgos, Vigo e ultimamente para a Universidade de Dortmund, e têm ganho vários prémios em concursos de artes plásticas, alguns deles internacionais. Isso é um bocado a nossa bandeira porque é a melhor integração social que nós podíamos ter. Também praticam desporto e um dos nossos jovens é campeão, há vários anos, do remo adaptado. -----

----- Portanto, esta é caracterização da associação. -----

----- Não vale muito a pena estar falar de outros projectos que nós desenvolvemos, como projectos nacionais e internacionais, portanto parcerias com várias instituições. Somos membros de várias associações internacionais, como, por exemplo, temos a vice-presidência da Autisme-Europe desde 1988, somos membros da CNOD, somos membros da jovem Confederação das Organizações para a Deficiência Mental, temos a vice-presidência do Fórum Internacional Hauteur d’Homme. Isto para dar uma ideia do nosso âmbito. -----

----- Temos tido projectos vários, como já disse, e alguns deles até com a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Em termos nacionais temos o “Ser Criança”, o POEFDS, o SNRIPD e em termos nacionais eu falaria para os mais antigos, que sabem o que isso foi, começamos com o HELIOS, depois passamos para o HORIZON, e hoje somos parceiros do Socrates Grundtvig, já tivemos projectos no âmbito do Daphne, ECHAN e muitos outros. -----

----- Nós estamos aqui a falar da relação com a cidade, e a nossa relação com a cidade tem sido em certos casos privilegiada, noutros casos mais decepcionante, mas nós lutamos, como todos os deficientes, com grandes dificuldades de inserção na comunidade. -----

----- Quando se fala em acessibilidades muitas vezes esquece-se a vertente da acessibilidade das pessoas com deficiência intelectual. E eu vou dar um exemplo só para verem: -----

----- As pessoas com autismo ficam completamente incapazes de funcionar se lhes aparecer na porta da casa-de-banho um logotipo diferente daqueles que estão *standardizados*. Por exemplo, se aparece uma senhora no potezinho ou se aparece um senhor com uma bengala, para elas isso não é uma casa-de-banho. Mas em termos de casas-de-banho nunca mais acabaria de falar aqui porque, inclusive, há centros comerciais em que alguns jovens com autismo não podem entrar na casa-de-banho dos homens acompanhados por uma mãe, nem podem entrar na casa de banho das senhoras porque os expulsam porque eles, na maior parte das vezes, têm uma aparência perfeitamente igual à das outras pessoas. -----

----- Ora, a Câmara Municipal de Lisboa tem-se debruçado sobre parte desses problemas tentando resolver alguns. E isso eu penso que tem sido uma acção muito de louvar e temos tido acções, algumas das quais já têm sido aqui referidos alguns exemplos e, para nós, teve uma que realmente foi de louvar. A Câmara Municipal de Lisboa, por exemplo, como ficou bem claro na Declaração de Madrid, em 2002, tentou e fez realmente algumas coisas neste sentido. A Declaração de Madrid dizia: -----

----- ‘As administrações locais devem prever planos locais de acção relativos à deficiência em coordenação com os representantes das pessoas com deficiência, devendo preparar as suas próprias comissões locais que serão a ponta de lança das actividades do ano 2003, devem envolver as pessoas com deficiência e suas famílias na procura de respostas que facilitem e estimulem a sua integração na vida plena da cidade’. -----

----- Ora, nesse sentido, de 1997 a 2003, criou-se o Conselho Municipal de Integração da Pessoa com Deficiência (CMIPD) que foi um órgão consultivo da Câmara Municipal de Lisboa, cujo objectivo era o de promover a participação activa dos cidadãos com deficiência na vida da Cidade de Lisboa e apoiar medidas facilitadoras da sua integração. Com todos os defeitos que ele pudesse ter, porque apesar dos conselhos nem sempre havia resposta, muitas das vezes até por falta de verbas disponíveis, mas não há dúvida que era um Conselho que podia dar a sua opinião sobre as decisões, sobre as leis, sobre as propostas da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Esse Conselho, para mim, foi muito pioneiro na medida em que serviu para dinamizar muitas das Câmaras das nossas associações dos outros pontos de Portugal. Isto é, serviu de bandeira como exemplo do que a Câmara Municipal de Lisboa estava a fazer, ou seja, criar um Conselho Municipal para as Pessoas com Deficiência. -----

----- O Conselho tinha quatro secções temáticas: -----

----- Secção I – Acessibilidade e Mobilidade -----

----- Secção II – Formação e Emprego -----

----- Secção III – Cultura, Desporto, Lazer e Associativismo -----

----- Secção IV – Reabilitação Funcional, Vida Autónoma, Sensibilização e Informação

----- E, no âmbito dessas quatro secções, embora, como eu digo, não fosse o ideal mas um grande pontapé de saída para se conseguir algumas coisas, evidentemente que tinha que estar sempre em consonância com o Vereador que tinha a cargo esses Pelouros, porque o Conselho promovia determinadas acções mas depois tinha que ter a aprovação dos órgãos directivos da Câmara. -----

----- Alguns exemplos dos pontos altos das acções do Conselho, foram acções de sensibilização e de informação, nomeadamente a empresários e autarquias, para emprego das pessoas com deficiência, nas artes plásticas, na música e tudo isso. Portanto, isso foi de facto um ponto alto para a sensibilização e informação das pessoas, porque muitas vezes as pessoas não faziam porque não estavam informadas. -----

----- De qualquer modo, deixo aqui uma mensagem que penso que é importante. -----

----- Para o CMIPD, ou outro órgão de aconselhamento que envolvesse as pessoas com deficiência nas próprias decisões sobre a deficiência, para respeitarmos a Declaração de Madrid, entre outras, deveria haver um outro órgão consultivo de novo a ser implementado, que deveria apoiar iniciativas de formação e emprego, eventos culturais e outros, e ajudar as organizações das pessoas com deficiência a resolver muitos dos seus problemas a nível da autarquia que contribuía para as excluir da comunidade impedindo que possam usufruir da sua qualidade de cidadãos em parte inteira. -----

----- Esta era a sensibilização que deixava ao novo Conselho Municipal.” -----

----- **O Senhor João Manuel Ramos**, Presidente da ACA-M – Associação de Cidadãos Auto-Mobilizados, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Agradeço à Presidência da Assembleia Municipal o convite. De facto, tinha um pequeno vídeo para apresentar, mas o que se passa é que o vídeo não pode ser apresentado. Não tem muita importância mas eu diria que isso é motivo de reflexão. Tudo é motivo de reflexão, claro! E a minha reflexão é a seguinte: a minha apresentação passou a ter uma deficiência porque é uma apresentação sem o vídeo, ou então é o computador que tem uma deficiência e é difícil definir qual é a responsabilidade, se é do computador ou se é da apresentação. -----

----- A questão que eu queria pôr é esta. O que é ter uma deficiência? No caso das pessoas com mobilidade reduzida são elas que são deficientes no usufruto do espaço ou é o espaço público que é deficiente na sua relação com essas pessoas. -----

----- Nós tendemos, na Associação de Cidadãos Auto-Mobilizados, a pensar que a responsabilidade cabe mais ao espaço público e não tanto às pessoas com mobilidade

reduzida, porque o esforço de adaptação deve ser feito muito mais por parte do gestor do espaço público. -----

----- Não é possível apresentar o vídeo mas tudo se adapta e é possível contar-vos muito rapidamente. O vídeo é uma pequena apresentação narrativa, é uma pequena história que se passa no Campo Grande. Dois personagens que querem atravessar o Campo Grande para apanhar um autocarro, dois cidadãos sem deficiência ou sem mobilidade reduzida. As personagens sou eu e um outro membro da Direcção da ACA-M, o escritor Rui Zink, nós queremos apanhar um autocarro, queremos atravessar a rua, mas, infelizmente, os automóveis ali na zona do Campo Grande circulam a grande velocidade e eu digo ao Rui Zink: ‘olha, é melhor não atravessarmos aqui porque senão somos atropelados, vamos atravessar na passagem aérea, e o Rui Zink diz: vamos passar na passagem aérea porquê, assim vamos perder o autocarro. Sim, mas de outra maneira não vamos conseguir atravessar’. Fazemos o percurso todo até à passagem aérea, que fica mais ou menos em frente da Lusófona, evidentemente que quando chegamos à paragem do autocarro, depois de passar por vários automóveis que estão estacionados no passeio, o autocarro já tinha partido há muito. -----

----- Enfim, era um pequeno vídeo, irónico, para ilustrar um dos pequenos problemas que a nossa associação quis evidenciar durante uma campanha que se chamava ‘Vamos acabar com os pontos negros’. -----

----- Esse era o espírito da campanha, mas tínhamos também um outro vídeo que dizia: o Estado gasta milhões a fazer estradas mal feitas, e nós é que as pagamos. Pagamos com dinheiro, mas também pagamos muitas vezes com a vida. E, de facto, a nossa associação desde que foi formada tem como ideia muito clara que é necessário sensibilizar. Por um lado, sensibilizar a população para a tragédia da sinistralidade rodoviária, mas também alertar e sensibilizar os poderes públicos para fazer alguma coisa. Desde o início fizemos petições à Assembleia da República, nenhuma delas foi aprovada, eram petições, diria, radicais, se calhar pediam demasiado dos políticos, e de certa maneira nós pedimos demasiado da sociedade. -----

----- É que, olhemos para nós próprios e veremos que os nossos modelos de mobilidade são, no fundo, absurdos. Se pensarmos um bocadinho, se sairmos do nosso quadro mental, e eu tenho por hábito sair do quadro mental português porque trabalho habitualmente num país africano, portanto estou habituado a ver como funcionam outros modelos de mobilidade. -----

----- Enfim, se nos afastarmos um pouco podemos ver que é uma loucura, é um absurdo utilizar uma tonelada de plástico, de aço e bastante borracha para transportar 80 quilos num percurso de 80 minutos para fazer qualquer coisa como 30 km. E é isto que uma parte substancial não apenas da população de Lisboa mas dos visitantes diários da cidade fazem todos os dias. Portanto, é transportar toneladas de aço para dentro da cidade, a velocidades estonteantes quando é possível, e de certa maneira a Câmara Municipal de Lisboa, como nós temos vindo a dizer, tem alguma responsabilidade nisto, porque desde os anos oitenta que o princípio tem sido fluidificar o trânsito, e isso tem consequências terríveis. -----

----- Como sabemos, há também um programa aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa que se chama 'Lisboa Capital da Segurança Rodoviária' e, infelizmente, Lisboa hoje em dia é a capital da insegurança rodoviária porque é a cidade do País onde o número de atropelamentos de pessoas, com ou sem mobilidade reduzida, e mobilidade reduzida são também as pessoas com mais de 60 anos, é a cidade do País que mais mortos tem, e não apenas isso é a cidade do País onde a mortalidade dos peões tende a aumentar em vez de diminuir. -----

----- Isto põe evidentes problemas, como o de se questionar quem é que tem aqui deficiência: são as pessoas que têm mobilidade reduzida, são as pessoas que têm uma condição, como se costuma dizer-se em inglês, ou é a cidade toda e os gestores que têm uma condição de deficiência perante os cidadãos. Nós cremos que são justamente os gestores da Cidade de Lisboa que, nomeadamente na gestão do espaço público e na gestão da mobilidade muito particularmente, que têm tido uma grande deficiência na definição e na consideração que os municípios lhes merecem, tenham eles mobilidade reduzida ou não. -----

----- Enfim, estou um pouco a questionar a brincar o que é uma pessoa com deficiência, de certa maneira todos nós somos deficientes, isto é, todos nós temos alguma deficiência perante a sociedade, perante os outros, perante nós próprios. Umas são mais profundas, umas são mais imobilizadoras do que outras, enfim, gostava também de notar isto. -----

----- E sabendo que os Estados Unidos não são o melhor modelo de mobilidade, isto é, são de mobilidade no sentido de mobilidade sustentável porque foi nos Estados Unidos que foi inventado este modelo de sustentabilidade assente no automóvel privado, no entanto, um amigo meu que visitou a cidade de Stamford dizia-me, a certa altura: 'estranho, parece que em Stamford há uma comunidade de deficientes que veio aqui hospedar-se permanentemente, porque por todo o lado havia pessoas com cadeiras de rodas, bengalas, canadianas'. Não! Simplesmente o que se passava era que Stamford, como muitas cidades americanas, sobretudo da costa oeste, é uma cidade que permite às pessoas com mobilidade reduzida não ficarem presas para a vida em apartamentos. Isto é, de facto é possível circular no espaço público de muitas cidades americanas em condições que em muitas cidades europeias não é possível. -----

----- Lisboa, como muitas cidades gregas e do sul da Europa, é uma cidade particularmente agressora em relação às pessoas com mobilidade reduzida, e, portanto, volto à minha asserção inicial, quem tem deficiência não são as pessoas com mobilidade reduzida, quem tem deficiência no modo como o usufruto do espaço público é gerido são as autoridades, enfim o historial de todas as autoridades, eu não estou a nomear esta ou aquela autoridade local, porque, como disse, é um processo que é difícil de parar de certa maneira. -----

----- Em termos muito práticos, não vos queria maçar muito, aquilo que a ACA-M propõe, mais como mensagem do que outra coisa, é esta ideia que nós já temos enunciado em várias ocasiões, uma campanha chamada 'Mais um Metro de Passeio'. Isto significa basicamente o quê? Significa considerar que a mobilidade pedonal é um elemento decisivo na qualidade de vida urbana, na sociedade urbana, que a agressão e a

destruição dos passeios e a desvalorização da circulação pedonal tem efeitos sociais extremamente negativos, porque quanto menos possibilidade há para as pessoas circular nos passeios mais tentação há para circular de automóvel. -----

----- Nós temos também por hábito dizer o seguinte: há uns anos seria válido dizer que quem não tinha automóvel tinha um estatuto social menos valorizado que uma pessoa com automóvel, isto é, o automóvel sempre foi uma marca com estatuto social, e hoje em dia, com a democratização do automóvel, temos duas possibilidades, enfim, quem se quer diferencial socialmente tem duas possibilidades: ou compra os automóveis caros, isto é, tem um mercedes, um audi ou um BMW e o pobretanas tem apenas um fiat punto, um polo ou um clio, ou então há também um outro modelo que me parece mais racional que é dizer ‘anda de automóvel quem não pode andar a pé’. Isto é, anda de automóvel quem não vive a cidade e quem não vive a uma distância do trabalho que não possa andar a pé. -----

----- Adotar um modelo de mobilidade em que as pessoas podem andar a pé dentro de uma cidade, implica um esforço muito grande por parte dos municípios, por parte das áreas metropolitanas e, evidentemente, por parte das autoridades no sentido de dizer que este sentido de mobilidade faz sentido, este modelo de mobilidade em que nós circulamos fazendo-nos transportar por uma tonelada de aço, ou vale a pena considerar aquilo que um colega meu, no ISCTE, chama o motor a sangue, isto é, as nossas pernas?-----

----- A posição da ACA-M é, tem sido sempre, de que vale a pena usar o modelo B de mobilidade, e esse modelo B de mobilidade implica basicamente o quê? É considerar que as pessoas que têm mobilidade reduzida são de alguma forma o modelo para uma vivência da cidade. Isto é, se uma pessoa com mobilidade reduzida consegue viver o espaço público com comodidade, com conforto, com segurança, então os outros cidadãos podem beneficiar e de certa maneira as autoridades gestoras do espaço público deixam de ser deficientes em relação à sociedade e em relação ao Município. -----

----- Portanto, esta ideia de mais um metro de passeio tem dois efeitos muito práticos, que são, por um lado, alargar os passeios e, por outro, a redução da largura das faixas de rodagem que, como nós sabemos, também é um princípio-rei para a redução da velocidade. Isto é, se os automóveis têm um canal mais estreito para circular os condutores têm mais cuidado e conseqüentemente menos tendência a acelerar. Portanto, adotar uma campanha sobre mais um metro de passeio pode ter vários efeitos, entre os quais, para além destes dois, fazer com que o País, e a Cidade de Lisboa por maioria de razão, estejam ilegais desde Julho de 2004, porque, como todos nós sabemos também, havia um prazo de 7 anos, desde que o Decreto-Lei 123/97 foi aprovado, para os gestores dos espaços públicos os adaptarem à lei. Isso não foi feito na grandíssima maioria dos casos, portanto vivemos num País basicamente ilegal. -----

---- Finalmente, e conexo com isto, queria lembrar uma coisa. Em 1946/47, o governador do Castelo – não me lembro do nome – decidiu utilizar alguns presos do Laranjeiro para fazer uma calçada que era uma inovação na altura. O Castelo foi calcetado, foi um sucesso, e o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa convidou o governador para mandar calcetar o Rossio, e ele criou aquela onda do Rossio que

resultou imediatamente em grandes elogios de todos os visitantes estrangeiros da Cidade de Lisboa. Somos todos muito provincianos e isso teve como efeito um fascínio dos lisboetas, e depois do País, em relação à calçada, porque os estrangeiros acharam piada ‘olha que lindo que Lisboa é’, e de repente tivemos que fazer calçada por todo o País. -----

----- A nossa associação é manifestamente contra as calçadas fora das zonas patrimoniais. Isto é, faz sentido que nas zonas patrimoniais se preserve a calçada, fora das zonas patrimoniais as calçadas estragam os sapatos se salto alto às senhoras, impedem a mobilidade das crianças, torcem os pés às pessoas, e de facto são um factor de redução da velocidade das pessoas com mobilidades normal e das pessoas com mobilidade reduzida, e nossa associação defende a redução da velocidade dos automóveis mas defende a velocidade máxima dos pões, tenham eles mobilidade reduzida ou não.” -----

----- **O Senhor João Alberto Ferreira**, Presidente da APSURDOS – Associação Portuguesa de Surdos, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado pelo convite. -----

----- Quero cumprimentar todas as pessoas que estão sentadas na Mesa, também todos os representantes das diversas instituições. -----

----- Peço-vos desculpa por causa de ter protestado há pouco quando ficamos às escuras, mas nós ficamos sem perceber nada do que se estava a passar. Para nós a questão essencial é a da comunicação. -----

----- Nós temos preocupações porque, por exemplo, nas Lojas do Cidadão os surdos têm diversos problemas porque a nossa doença não é visível. Nós vamos nas filas e quando vamos proceder à exposição dos nossos assuntos a comunicação torna-se difícil, atrasamos o funcionamento normal da fila e as pessoas ficam a protestar porque nós demoramos muito tempo. Depois, se queremos aceder a uma fila onde haja o cuidado de haver um atendimento especial para pessoas portadoras de deficiência, as outras vão protestar também porque não nos vêem a nós como pessoas portadores de uma deficiência porque ela não é visível. -----

----- Penso que deveria haver um espaço onde a comunicação em língua gestual fosse privilegiada, e esse é um problema que eu gostaria de deixar aqui presente. -----

----- Há um colega que falou sobre as vias dos transportes públicos. Realmente nós estamos nos semáforos, os veículos passam a grande velocidade e nós estamos à espera do verde para o peão, os transportes públicos passam também a grande velocidade e isso pode originar, por vezes, algum acidente. Nós temos essa preocupação porque também não os ouvimos chegar. -----

----- Nas associações de surdos existe um problema na questão da comunicação, porque nós não estamos todos em convívio permanente, existem pessoas surdas que se encontram isoladas. E, de facto, a Câmara, ao atribuir instalações às diversas associações de surdos e ao localizá-las afastadas umas das outras, vai originar que a assiduidade a esses espaços seja reduzida, Por exemplo, a Associação de Interpretes ficar num lado, o Centro de Jovens Surdos noutro, a Liga Desportiva noutro, e nós com a formação noutro, onde é que está a união dessa comunidade? E isso perde-se! -----

----- Nós, na Av. da Liberdade, temos sorte porque estamos no centro, mas eu não queria dizer que temos esse privilégio de estarmos no centro porque temos um lado negativo também, por exemplo temos que pagar parquímetros ao fim-de-semana. Nós gostaríamos de ter um espaço onde pudéssemos juntar as diversas instituições da comunidade. -----

----- Eu sei que não é só a questão da surdez. É a questão da surdez mas depois há outras deficiências, e a questão da comunicação e da língua é essencial, é isto que os une, e se vamos a separá-los pelas suas especificidades vamos perder essa questão da comunicação, vamos perder o contacto no seio da comunidade. -----

----- Nós, pessoas surdas, temos um outro problema, ganhamos abaixo dos 400 euros, não temos rendimentos muito elevados, normalmente os apoios que a Câmara nos dá são espaços em bairros sociais e as pessoas que têm filhos, que têm família, precisam de apoios, precisam de se deslocar às instituições e por vezes não vão lá porque têm receio de ir a essas zonas. Por exemplo, temos instalações em Chelas e de quando em vez surgem problemas para as pessoas se deslocarem lá porque por vezes há confusão na área e nós não nos apercebemos disso. Portanto, as pessoas têm medo, não querem ir lá à formação e desistem de participar. -----

----- Gostaríamos que na área de Lisboa fosse feito um levantamento, uma estatística, da quantidade de surdos das diversas instituições, é uma realidade que desconhecemos se somos muitos, se somos poucos. Eu gostaria que pudéssemos concentrar todas as instituições num só edifício. É um sonho.” -----

----- **O Senhor Dr. Mário Aboim**, Presidente da FENACERCI – Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Nacional, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Quero começar por agradecer em nome da FENACERCI e de mim próprio, este convite que muito nos honra e que saudamos como iniciativa. -----

----- É para nós, sempre, um momento particularmente especial quando temos a oportunidade de expressar os nossos pontos de vista quanto a matérias que nos são sobejamente importantes. -----

----- Este desafio para falar sobre o tema “O Cidadão Portador de Deficiência e a Cidade” é de facto, do nosso ponto de vista, um diálogo possível e é um mundo infindável de questões. -----

----- Ao que nos concerne, o universo da Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Nacional, representadas pela FENACERCI, reporta-se a pessoas que, por razões que têm a ver com a deficiência mental, têm necessidades especiais em vários domínios da sua dimensão de indivíduos e de cidadãos. -----

----- A sua relação com a cidade passa, fundamentalmente, pela sua humanização, pela humanização da sua cidade onde cada um deles habita. Pela prevenção das barreiras que limitem as acessibilidades, por um conceito de modernidade, que só é eficiente quando associado a uma situação de função plena da cidade, tornando-a mais próxima dos cidadãos, de todos os cidadãos, e particularmente de todos os cidadãos com necessidades especiais, quer sejam com a mobilidade condicionada por deficiência congénita ou adquirida, com dificuldades cognitivas e de aprendizagem, e outras, que se debatem todos

os dias com barreiras ambientais que restringem, ou mesmo impedem, o seu direito à participação na vida em sociedade. -----

----- A cidade, enquanto conjunto de edifícios que formam um todo mais ou menos fechado sobre si, que é habitada pelos cidadãos, que por definição, são indivíduos no gozo dos seus direitos civis e políticos de um Estado livre, não pode, de modo nenhum, condicionar pela existência de barreiras urbanísticas e arquitectónicas. -----

----- É forçoso, quanto urgente, perceber e aplicar em matéria de acessibilidades uma regulamentação mais exigente que, mais adaptada à realidade, cumpra efectivamente este desiderato. -----

----- Muito, de facto, já foi feito, foram criadas muitas respostas de qualidade, mas decerto muito mais está por fazer na construção do exercício pleno da cidadania. -----

----- A Carta Social Europeia Revista diz que, passo a citar ‘todas as pessoas com deficiência, têm direito à autonomia, à integração social e à participação na vida da comunidade’ e responsabiliza os Estados membros pela integração e participação plena na vida social através de medidas, e volto a citar ‘que visem ultrapassar os obstáculos à comunicação e mobilidade e permitir-lhes o acesso aos transportes, à habitação, às actividades culturais e aos tempos livres’. Isto é, viver plenamente e em igualdade de direitos, liberdades e garantias, a sua cidadania. -----

----- As práticas discriminatórias contra as pessoas com deficiência, manifestam-se não só por comportamentos activos, como por omissões ou mesmo por negligência, competindo ao Estado a obrigação de realizar e fazer cumprir uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias, de acessos em condições de igualdade, permitindo-lhes sentirem-se, efectivamente, cidadãos na sua cidade. -----

----- O conceito de cidadania, em nosso entender, passa pelo conhecimento objectivo dos problemas das pessoas, pela partilha das soluções, das respostas mais adequadas, porque nenhum Estado pode considerar todos os seus cidadãos plenos de cidadania, se em relação a um só deles não tiver direitos e obrigações iguais. -----

----- Julgamos que seja oportuno a criação de um conjunto boas práticas que permitam a eliminação, a remoção de inacessibilidades, divulgando-as por todo o País como exemplos a seguir. -----

----- Julgamos também que seria da máxima oportunidade a construção de um guião para uma cidade para todos a partir de um grupo de trabalho, em que, além de autarcas, arquitectos e engenheiros, também pessoas com deficiência e técnicos de reabilitação tivessem uma representação. -----

----- Necessidade de introdução no ensino das disciplinas relacionadas com as acessibilidades no projecto arquitectónico e o desenho urbano, a fim de que os conteúdos relativos a acessibilidade no espaço habitado e urbano, sejam devidamente considerados pelos profissionais responsáveis pela sua construção. -----

----- Entendemos que o licenciamento de loteamentos, urbanizações, construções ou alterações de edifícios destinados ao público, só deveria ser concedido quando os projectos estivessem de acordo com as normas de acessibilidade e com uma fiscalização atenta. -----

----- Por que não a criação de um prémio de mérito a ser atribuído anualmente, por um júri nomeado para o efeito, à construção com as melhores respostas em termos de solução para as acessibilidades? -----

----- A aplicação do símbolo internacional de acessibilidade em local bem visível nos edifícios, estabelecimentos e outros equipamentos? -----

----- A construção de roteiros turísticos onde estejam indicados os locais de interesse com acessibilidade? -----

----- Outra medida de particular importância é a adaptação do desenho universal, que abrange produtos e edifícios acessíveis e utilizados por todos, inclusive a pessoas portadoras de deficiência. Assim, e como mero exemplo, no lugar de se construir num edifício uma entrada especial para os portadores de deficiência, teremos uma entrada acessível, com rampas e corrimão, facilitadores do trajecto que todos poderão utilizar. O desenho universal é uma tecnologia direccionada para todas as pessoas e que de alguma maneira também acaba por racionalizar os custos. -----

----- Julgamos ainda, que poderia constituir uma medida de modernidade e bastante simbólica, a introdução na formação dos agentes e graduados das polícias, uma abordagem sobre as necessidades e características das pessoas com deficiência mental, as formas de comunicar com elas, de as ouvir e de lhes passar a informação. -----

----- A produção de documentos em linguagem fácil, em matérias determinantes para o exercício da cidadania, que muito raramente, aqui e ali vão aparecendo, é, no nosso ponto de vista, absolutamente fundamental. -----

----- A melhoria das condições de atendimento nos serviços públicos a pessoas com necessidades especiais, nomeadamente através da formação de pessoal e disponibilização de informação acessível. -----

----- Nestas, de entre outras muitas sugestões, reafirmamos o nosso total empenho para participar activamente. Estamos, como sempre estivemos, disponíveis para colaborar com a nossa experiência, com o nosso saber de muitos anos de trabalho com este universo de cidadãos. Queremos partilhar essas experiências, as nossas propostas e assumir também as nossas responsabilidades nesta matéria. -----

----- Queremos que as pessoas com deficiência, nas suas cidades, possam, como é de seu pleno direito, sentir-se num mundo mais justo, promovendo valores de cordialidade, tolerância, solidariedade e respeito entre todos os cidadãos. -----

----- Esta é a cidade como a imaginamos e onde queremos viver, sem barreiras à integração, as visíveis e as invisíveis, as arquitectónicas, mas sobretudo as das mentalidades. -----

----- É por esta cidade que lutamos, onde até, o que possa parecer pequenos detalhes, tenha grande importância, como a altura de um interruptor, do telefone público, da fluidez espacial a acessibilidade em todos os ambientes, das condições de mobilidade, com autonomia e segurança, o que constitui um direito universal e que reforça o conceito de cidadania. -----

----- Um espaço construído, quando acessível a todos, oferece oportunidades iguais aos seus utilizadores, contudo, a maioria das cidades é construída e modificada, desconsiderando os deficientes que as habitam, uma significativa parcela da população,

comprometendo a sua plena acessibilidade com obstáculos que limitam e impedem o acesso à informação ou aos espaços onde a mesma se encontra. -----

----- Assim, para que tais situações sejam de vez erradicadas, queremos que, em nome das pessoas que a FENACERCI aqui representa, e falo de 8.000 crianças, jovens e adultos com deficiência mental ou multideficiência e suas famílias, atendidos nas 51 Cooperativas (as CERCIS) por todo o País, e por isso há pouco eu disse as cidades e não a Cidade de Lisboa só. Urge legislar e fazer cumprir normas que conduzam a uma sociedade sem qualquer segregação no âmbito das instituições públicas, como no seio da comunidade em geral com propostas arquitectónicas que tornem acessíveis os prédios e as vias de acesso nas suas cidades, que são as nossas cidades, e onde queremos, como já disse, viver. -----

----- A conquista de uma vida independente é fundamental para uma melhor integração na sociedade. É preciso tornar as cidades mais humanas, eliminando os riscos de acidentes e integrando melhor as pessoas portadoras de deficiências e esse é um dos nossos grandes objectivos.” -----

----- Nesta altura, a **Senhora Presidente** interrompeu os trabalhos para almoço, informando que a Sessão prosseguiria às 15 horas. -----

----- Antes, porém, agradeceu, em nome da Assembleia, a presença das associações que depois de almoço já não estariam presentes, acrescentando que tinham sempre na Assembleia Municipal, como Parlamento da Cidade que é, uma Casa que também era delas e que portanto se habituassem a usá-la e viessem muitas vezes. -----

----- **SEGUNDA PARTE DO DEBATE** -----

----- **A Senhora Presidente**, na abertura da segunda parte do debate, deu a palavra ao Sr. Presidente da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes. -----

----- **O Senhor Coronel António Neves**, Presidente da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Sra. Presidente, pela oportunidade que me dá, em nome na Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes, para aqui partilhar convosco alguns dos problemas que nós consideramos fundamentais para quem está ligado ao mundo do desporto, e neste caso ao mundo do desporto para cidadãos portadores de deficiência; muito boa tarde Srs. Deputados Municipais, munícipes e dirigentes associativos que aqui se encontram também. -----

----- Foi a Federação convidada a aproveitar esta oportunidade para, perante os responsáveis da autarquia da grande cidade que é Lisboa, falar destas questões, e eu, naturalmente, que o vou fazer tentando transmitir-vos aquilo que, no meu entender, devem ser as grandes preocupações ao nível de uma autarquia com a dimensão da de Lisboa, mas que, em termos relativos, serão igualmente as preocupações de todas as outras autarquias. -----

----- Antes de começar a elencar as diferentes questões, gostava de vos dizer que, pelos últimos censos, Lisboa e a sua Área Metropolitana só por si representam 27% do total do universo de cidadãos portadores de deficiência em Portugal. -----

----- E eu, já agora, permito-me lançar aqui alguns desafios, colocar algumas questões e falar de alguns indicadores que são fundamentais para podermos definir aquilo que me

parece que nunca existiu, uma verdadeira política do desporto para cidadãos portadores de deficiência, quer a nível nacional, quer a nível autárquico. -----

----- Estamos a falar de cidadãos deficientes, o último censo, pela forma como foi conduzido, não é verosímil, temos todos já essa constatação. De qualquer modo, arredondando os números, dá-nos só para a Área Metropolitana de Lisboa cerca de 27 a 30%, estamos a falar, como diz o censo, em 680.000 ou algo semelhante, portanto cerca de 200.000 cidadãos portadores de deficiência. -----

----- Agora, interessa perguntar que dados reais é que nós temos? Sabemos ao nível da autarquia, desta e de todas as outras, quantos deficientes existem? Sabendo nós que, grossomodo, as deficiências se categorizam em cinco áreas fundamentais, sabemos exactamente quais eles são, sabemos o seu escalão etário, sabendo que no todo nacional, no escalão etário compreendido entre os 10 e os 50 anos, digamos potenciais praticantes desportivos, temos cerca de 560.000 cidadãos, portanto desses quantos é que estão referenciados ao nível das autarquias, câmaras e freguesias, para que possamos ter uma acção directa. -----

----- Mais: ao nível do tecido escolar as coisas estão devidamente referenciadas, sabendo nós que há cerca de 79.000 crianças em idade escolar com necessidades especiais? Ora bem, é depois de termos tudo isto devidamente referenciado, que será possível, objectivamente, desenvolver um trabalho sistematizado que nos leve, daqui a alguns anos, a aproximarmos dos padrões europeus. Quando se diz que a nível da Europa, segundo dados da Comissão Europeia, a taxa de praticantes desportivos anda, em média, nos 43 a 46%, porque há países como a Finlândia, a Suécia, a Noruega, a Alemanha com 73%, e Portugal continua nos 20%. Isto a nível da população geral, porque a nível da população deficiente temos a praticar desporto regularmente 0,03%. Isto não é nada! -----

----- Mas também parecerá um pouco paradoxal que eu, representante da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes e do Movimento Para-Olímpico, que tantos louros tem trazido para Portugal, que tantas vitórias, tantos prémios conquistados ao nível dos campeonatos da Europa, do Mundo e de Jogos Para-Olímpicos, estou agora com este discurso!/? Bom, este é o discurso da verdade. Nós temos poucos atletas, mas muito bons! Agora, o ideal seria termos muito mais, e para termos muito mais é necessários realmente desenvolver todas essas políticas. -----

----- E aqui falando especificamente para esta plateia que representa uma autarquia, é efectivamente ao nível das autarquias que o trabalho tem que ser feito. Naturalmente com o suporte governamental da administração pública desportiva, da parte ligada à reabilitação, ainda hoje de manhã a Sra. Secretária Nacional para a Reabilitação falou, tudo isso tem que estar naturalmente enquadrado. Mas são as autarquias e são as escolas que têm o contacto directo com todos os cidadãos, e é a partir destas duas entidades que será possível fazer esse levantamento, que eu considero fundamental, para depois podermos equacionar toda uma série de programas. -----

----- Posso-vos dizer que a Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes tem já vários protocolos firmados com muitas autarquias. A Câmara Municipal de Lisboa, de há longa data, mantém uma colaboração estreita com a Federação em muitas acções que nós vimos desenvolvendo, mas é só a partir daí, de um trabalho sistematizado que será

possível trazermos para a vida activa desportiva todo esse universo de cidadãos que se encontram, na sua esmagadora maioria, recolhidos, para não dizer outro termo, em casa ou nos centros hospitalares ou de reabilitação, onde não têm qualquer tipo de programa de acção e em que chegando ao fim do dia ali ficam à espera do dia seguinte, portanto perfeitamente distanciados de uma vida activa. Porventura, a maior parte deles sem saber se a vida para eles ainda tem algum significado, quando estão ali, provavelmente, futuros potenciais grandes atletas do desporto Para-Olímpico. -----

----- Mas nós não queremos só campeões! Queremos é desporto para todos, queremos que todos pratiquem desporto. E outra razão que também impede que essa prática seja generalizada, para além desses aspectos que eu já aqui equacionei, são as tão faladas acessibilidades. -----

----- Hoje de manhã o tema já foi bastante trabalhado e tratado, mas quando se fala de desporto e quando se fala de acessibilidades temos que entender a acessibilidade não só numa perspectiva vertical do desporto mas também numa perspectiva transversal, porque um cidadão que queira praticar desporto não precisa só que a piscina municipal tenha condições para ele lá estar, é necessário que haja condições para ele lá chegar, é necessário que ele possa sair de casa. Se se tratar de um deficiente motor, é necessário que ele tenha um transporte adaptado ou um transporte colectivo adaptado que o transporte, ou que os caminhos, as ruas e os passeios tenham as tais acessibilidades que lhe permitam autonomia para ele se poder deslocar até às instalações desportivas. -----

----- E nas instalações desportivas é necessário também termos atenção a uma coisa, e pessoalmente conheço os dois erros que vou referir. Eu conheço instalações que estão preparadas para a prática desportiva por cidadãos portadores de deficiência, mas que não estão preparadas para que cidadãos portadores de deficiência lá vão assistir às competições. E depois também conheço o contrário! Conheço outras que estão preparadas para ter assistentes com deficiência, mas não estão preparadas para ter atletas. Acho que tem que estar em consonância uma coisa com a outra. -----

----- E depois, por este País fora, tem que haver interajuda entre as autarquias. Lisboa será um caso diferente pela sua dimensão, mas se formos a uma autarquia mais pequena, e há muitas pelo País, por uma questão de racionalidade e de economia de esforços e de infra-estruturas, é necessário que haja uma colaboração estreita entre os diferentes Municípios para que se aqui um tem umas instalações perfeitamente adaptadas o outro que é ali meio quilómetro ao lado se calhar não precisa de ter. Temos que nos deixar de bairrismos incoerentes e tentar aplicar todas as nossas reservas e potencialidades de uma forma perfeitamente racional e que sirva o todo nacional. -----

----- Depois de conseguirmos ter tudo isto mais ou menos equacionado, de termos um plano definido, então sim, meus caros Senhores, é seguir o caminho normal que qualquer outro universo de cidadãos faz. Temos de ser suficientemente convincentes e apelativos para trazer os jovens e adultos deficientes à prática desportiva, temos que ter quadros técnicos que os possam enquadrar, temos que lhes dar os meios para eles praticarem. E depois de todos eles estarem envolvidos naturalmente surgirão aqueles mais dotados para a prática do desporto, com mais apetência, com mais vontade, com o tal espírito de sacrifício de serem capazes de treinar no dia-a-dia, que é o que acontece no desporto de

alta competição, no desporto neste caso Para-Olímpico, aqueles que escolhem o desporto como uma forma diferente de estar na vida. Isso já é um patamar mais elevado. Mas, até lá, teremos de reunir todos estes esforços para conseguir atingir esses desideratos. -----

----- Portanto, eu penso que ao nível da autarquia, dos responsáveis autárquicos, de todos aqueles que têm qualquer tipo de acção ou de intervenção na área do desporto municipal, eu penso que estas preocupações que aqui vos deixei, são fundamentais para se conseguir ir em frente e para que Portugal possa, a curto prazo, mudar o seu panorama no âmbito do desporto para deficientes. -----

----- Deixem-me terminar dizendo-lhes só que a Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes e as cinco associações nacionais, das diferentes áreas da deficiência, a ela ligadas, estão naturalmente preocupadas com tudo isto, e procuram fazer tudo o que podem, sempre de uma forma perfeitamente voluntária, o associativismo é assim mesmo, mas não deixando de reclamar da administração pública desportiva, da parte da reabilitação, e também das autarquias, os apoios que consideram fundamentais e necessários para o desenvolvimento e promoção do desporto para deficientes. -----

----- Ao nível da alta competição, gostava de vos dizer que, neste momento, iniciamos a preparação da nossa missão Para-Olímpica que irá estar presente em Pequim-2008, até lá os nossos atletas terão de passar por várias provas internacionais de qualificação, nomeadamente campeonatos da Europa e do Mundo, e estamos a fazer um esforço muito grande tentando promover novas modalidades Para-Olímpicas e tentando captar novos praticantes. -----

----- Penso que com a intervenção e colaboração de todos, conseguiremos levar a nossa 'Carta a Garcia'. -----

----- Não me vou alongar mais, gostava de vos pedir compreensão e a vossa paciência para, em três minutos, assistirem a uma pequenina projecção que nós aqui temos que é o corolário do que foi a participação da Missão Para-Olímpica de Portugal, nos Jogos Para-Olímpicos de Atenas/2004, de onde trouxemos 12 medalhas. Mas esta apresentação serve só para vos dizer que com empenhamento, com esforço, com a dedicação de todos será possível conseguirmos para Pequim o mesmo ou melhor, e devemos começar já a pensar em Londres e no futuro.” -----

----- Seguiu-se a passagem do filme, que tinha como música de fundo o Hino do Movimento Para-Olímpico, criado e cantado pelo cantor Luís Represas. -----

----- **O Senhor Engº José Esteves Correia**, Presidente da ACAPO – Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em primeiro lugar gostaria de pedir desculpa porque estava previsto estar aqui hoje de manhã, mas por impossibilidade de estar presente e por impossibilidade de comunicar isso, só o conseguimos anunciar quando fomos chamados, e por isso as minhas desculpas, Senhora Presidente. -----

----- Para falar da Cidade de Lisboa com os deficientes, e neste caso concreto com os deficientes visuais, eu gostaria de enquadrar o seguinte. -----

----- A média dada como boa na Europa de deficientes visuais na população, e o nosso censo de 2001 estará muito aproximado com isso depois de corrigido, andarás entre 1% e

1,3%, pelo que nos cerca de 900.000 ou um milhão de habitantes que haverá no concelho de Lisboa, deverá haver, e há de certeza, 10.000 deficientes visuais. -----

---- Nós vemos no dia-a-dia umas centenas de deficientes visuais a circular na Cidade de Lisboa. Onde é que estão os outros? E se fizermos esta mesma interrogação em relação aos sábados, aos domingos e aos feriados, nos períodos de lazer e de prazer, ainda menos deficientes visuais vemos a circular em Lisboa. -----

---- Isto significará que Lisboa está de costas voltadas para os seus munícipes deficientes visuais? Lisboa continua de costas voltadas para os deficientes visuais que a visitam, que também são muitos? -----

---- E se começarmos a analisar essa situação, começaremos por ver nas bibliotecas que há uma biblioteca sonora mas que tem estado relativamente parada, o sistema de Eize, que é reconhecido hoje, por todos os países modernos, como um modo de acessibilidade num suporte sonoro para livros e textos para os deficientes visuais ainda é praticamente uma miragem para os portugueses, embora na Câmara Municipal de Lisboa se fale na possibilidade de começar com isso. -----

---- A circulação na cidade é complicadíssima, em muitos casos caótica, já há casos com algumas correcções mas os passeios continuam ocupados com automóveis, vamos cair sempre no lugar comum que os Senhores Deputados Municipais já estão fartos de ouvir. Para não termos automóveis temos pilaretes, que também são um inimigo dos deficientes visuais. O mobiliário urbano está todo semeado a lanço, como antigamente faziam os agricultores quando atiravam a semente de qualquer modo e onde caía nascia. Hoje em dia, na agricultura moderna, semeia-se com máquinas e semeia-se em linha para que as coisas estejam ordenadas, mas a sinalização de trânsito e o mobiliário urbano são semeados ainda hoje a lanço em Lisboa. -----

---- Há um regulamento municipal de acessibilidades, que foi aprovado no ano passado, que é bom, não será o óptimo mas o óptimo é inimigo do bom, só que não é cumprido, não funciona. -----

---- E eu aqui gostaria de fazer uma pausa para reflectirmos o seguinte: todos os Senhores aqui presentes, e muitas outras pessoas ligadas à política, às autarquias, eu costumo dizer que na sua grande maioria, senão na sua totalidade, são sensíveis a estes problemas. Mas o problema começa de base: a maioria dos cidadãos não são sensíveis a isto. E o que é que resulta do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Vereador, ou um Sr. Eng.º director de um determinado Departamento, mandarem os funcionários ir para a rua colocar as coisas se eles não estiverem minimamente sensibilizados para os problemas dos cidadãos portadores de deficiência, se não estiverem minimamente sensibilizados para a complicação que podem criar na via pública com a sua actuação para que se condicione a mobilidade das pessoas. -----

---- Eu dou-vos um pequeno exemplo que todos conheceram há pouco tempo em Lisboa. A iluminação de Natal, na Rua da Prata, a qual, segundo me diziam, era bastante bonita, era assente em pilares que foram metidos rigorosamente no meio do passeio. Se as pessoas que estavam a fazer esse trabalho estivessem minimamente sensibilizadas eu tenho a certeza que esses postes seriam encostados aos edifícios e não estariam a ocupar a via pública. É um problema de formação que é necessário que na Câmara Municipal de

Lisboa, de uma vez por todas, comece a acontecer para sensibilizar os funcionários todos e, fundamentalmente, aqueles que colocam o mobiliário urbano na cidade. -----
----- É lógico que um indivíduo que vai colocar um sinal de estacionamento proibido numa determinada rua ou num determinado local, chega lá e não está preocupado em trazer uma fita métrica para ver se o sinal, conforme diz a Lei 123/97 está à altura mínima de dois metros. Ele abre um buraco e depois de ele estar aberto enfia o poste e seja o que Deus quiser em termos da altura a que ficou. Se ficou a 1,90, a 1,82 ou 2,10 metros não importa. -----
----- Por tudo isto, era importante que as pessoas com sensibilização, por si próprias, fossem elas a analisar o que estavam a fazer e fossem elas também a perguntar aos seus próprios chefes a razão porque se as estavam a mandar pôr um sinal naquele local não o punham no poste que já lá estava ao lado em vez de ficarem dois postes um a 50 cm do outro. -----
----- Isto era fundamental que acontecesse, e não está a acontecer! -----
----- De qualquer modo, eu voltava a dizer que existe um regulamento municipal e, Senhores Deputados Municipais, é altura de se exigir que seja cumprido o Regulamento Municipal de Acessibilidades. Desde o momento que isto seja feito, desde o momento que se passe da teoria à prática, porque fazer fóruns como este tem todo o interesse mas continuamos sempre a distribuir teorias, é fundamental que se comece a passar à prática porque é a prática que poderá resolver os problemas da Cidade de Lisboa. Enumerar aqui as grandes dificuldades que todos nós temos em circular na cidade não valerá a pena, porque todos nós as conhecemos. O que é necessário é que passemos à prática, que passemos a funcionar e que passemos a trabalhar. -----
----- E para isso, para que também haja algum *feed back* do que se está a passar, do que é positivo e negativo e daquilo que é preciso corrigir, também era importante que o Conselho Municipal da Inclusão das Pessoas com Deficiência, passasse novamente a funcionar. Seria um fórum ótimo, onde o cidadão portador de deficiência poderia chamar a atenção da autarquia e dar os seus contributos para algumas coisas que ainda estivessem erradas pudessem vir a ser corrigidas. -----
----- Era importante que vissem isso e que a autarquia de Lisboa, a exemplo da autarquia do Porto e de muitas outras autarquias do País, pensasse ter um Provedor para a deficiência. Alerto que é importante que esse provedor seja escolhido entre pessoas portadoras de deficiência. É habitual que os provedores sejam normalmente pessoas ditas normais, muito preocupadas, na realidade, com o problema da deficiência, mas não sentem na pele, não sentem em si próprios os graves problemas da circulação na cidade. Portanto, isso seria importante e deixava esse alerta, quiçá esse desafio, aos Senhores Deputados da Assembleia Municipal, e ao Senhor Presidente da Câmara também, para poder vir a ser nomeado um Provedor para a deficiência. -----
----- Como última achega, e também chamando a atenção para que isto pudesse ficar na Assembleia Municipal como algo que pudesse vir a ser pensado, discutido e também regulamentado com o Executivo camarário, é que há cerca de três semanas estive em Barcelona, visitei, como qualquer pessoa que visita Barcelona, a maioria dos monumentos do romantismo de grandes arquitectos, e em quase todos eles, senão na

sua totalidade, a qualquer cidadão, portador de deficiência ou não, era entregue um aparelho de áudio-descrição, sem fios, que pendurava ao pescoço, tinha um teclado onde carregava os números que lhe eram dados por informação à entrada de cada compartimento por onde passava e circulava com descrição para fazer a sua visita, ao ritmo que necessitava podendo usufruir na plenitude de tudo aquilo que lhe estava exposto ali. -----

----- Posso vos dizer que éramos seis pessoas, e eu, que era o único deficiente visual, senti-me usufruir do mesmo modo que todos os outros cinco que eram normais visuais, de todo aquele prazer e de toda aquela arquitectura com aquela beleza que era possível usufruir com o auxílio da áudio-descrição. -----

----- Em Portugal praticamente não existe áudio-descrição, e seria bom que a Cidade de Lisboa, como capital do País, fosse aquela que arrancava com o sistema da áudio-descrição. Não é um sistema caro, é um sistema que precisa de um pouco de ponderação, *know-how* já existe e há muito conhecimento daquilo que se passa lá fora, na própria ACAPO temos alguns conhecimentos que pomos à disposição dos serviços camarários para colaborar na preparação de tudo isso, e seria bom que se começasse, por exemplo no Museu da Cidade com a áudio-descrição, porque estou convencido que rapidamente, depois dado o pontapé de saída, a Câmara iria utilizar este mesmo sistema noutros monumentos e os departamentos estatais iriam fazê-lo também a nível nacional.

----- Seria bastante interessante que isto pudesse ser ponderado por V. Exas. na Assembleia Municipal e transmitido também à Câmara Municipal. -----

----- **O Senhor Dr. Domingos Rosa**, Presidente da AFID – Associação Nacional de Família para a Integração da Pessoa Deficiente, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado pela oportunidade que me deram por falar num assunto que, no fundo, é discutido quase todos os dias. Eu não conheço ano nenhum nem quase mês nenhum que não haja um debate sobre as acessibilidades, e de facto acho que é sobre esta vertente da sensibilização que as coisas têm mudado. Devagar, devagarinho, mas têm mudado. -

----- Acho que as coisas têm que ser mais acelerados, as questões das acessibilidades não se resumem exclusivamente às questões de acessibilidades físicas, acho que há acessibilidades psicológicas que têm a ver com as questões das escolas, das pessoas e da integração e inserção. Pena é que ainda estejamos hoje a falar das questões das acessibilidades físicas, que ainda não estão resolvidas. -----

----- E estamos no fórum próprio! A Câmara Municipal de Lisboa, como qualquer outra autarquia, é, de facto, o lugar ideal para que estes assuntos sejam, de uma vez por todas, debelados. Nós temos que ter cidades acessíveis, e a Cidade de Lisboa tem que ser, mais tarde ou mais cedo, um exemplo para todo o País como uma cidade acessível. Obviamente que para isto não venho ensinar ninguém, os arquitectos da Câmara sabem tão bem como eu que as rampas são fundamentais, que as larguras dos corredores são fundamentais e que a largura das portas também é fundamental para que a gente possa ter acessibilidade. -----

----- As Câmaras também sabem, obviamente, que os estacionamento prejudicam a acessibilidade de quem tem dificuldades de mobilidade e os carros hoje ainda se vêm muitas vezes em cima do passeio. -----

----- Portanto, não venho dizer nada que as pessoas não sabem. O que me parece a mim é que quanto a estas questões da acessibilidade física alguma coisa tem que ser alterada. E, se calhar, através da sensibilização continuaremos a andar devagar e devagarinho. Parece-me a mim que alguma coisa tem que mudar para que nós não vejamos, como eu vejo quase todos os dias em Telheiras, prédios que têm rampas para deficientes mas cujas rampas não têm hipótese para que as cadeiras de rodas possam subir, porque são rampas na vertical. Enquanto estas situações se passarem não há a mínima hipótese! ----

----- Aquilo que eu sugiro em termos de acessibilidades físicas, e é uma proposta que faço, é que nos temos um Secretariado Nacional de Reabilitação que pode ter uma competência tal como tem o Serviço Nacional de Bombeiros para os projectos de segurança contra incêndios. Não há nenhum projecto na Câmara que avance se não tiver a aprovação dos bombeiros. Por que razão? Não há a obrigatoriedade de que aquele projecto seja considerado acessível, e só assim é que efectivamente poderá avançar. -----

----- É uma hipótese associar tudo aquilo que se pode dizer em termos de sensibilidade, dos autarcas e das entidades competentes por esta matéria, com a obrigatoriedade de fazer isso. Parece-me que, se assim não for, as coisas irão andar, obviamente que se irão desenvolver sob o ponto de vista de melhoria contínua, mas será longínquo pensar que iremos ter uma cidade acessível. -----

----- Até porque a Câmara tem a faca e o queijo na mão, quer em termos de aprovação dos projectos, quer em termos de fiscalização com o licenciamento. Portanto, se tivermos um projecto devidamente aferido por uma entidade que tem obrigação de se apetrechar de técnicos capazes para aferir as acessibilidades físicas, obviamente que atingirmos o objectivo de termos uma cidade acessível é mais fácil. -----

----- Por exemplo, posso fazer referência – e está aqui alguém do Secretariado que sabe melhor do que eu – a dificuldade que tem uma pessoa ir em cadeira de rodas ao Secretariado Nacional de Reabilitação, porque consegue entrar no átrio principal mas já não consegue subir ao segundo ou terceiro andar. É de facto difícil meter uma cadeira de rodas num elevador que não tem dimensão para isso. -----

----- Portanto, todas estas questões, à partida, em termos de projecto, obviamente estou a falar de um edifício que é já antigo, portanto não é exemplo para as questões futuras, mas nos projectos futuros estas questões não se podem passar. -----

----- Mas além das questões de acessibilidade física, portanto estamos a falar da arquitectura exterior dos edifícios, edifícios públicos, particulares, de habitação, etc., há outro tipo de acessibilidades de que nós muitas vezes nos esquecemos. Por exemplo, podemos ter uma acessibilidade física fácil numa escola, mas não temos a acessibilidade psicológica dos professores que lá estão, dos pais e até dos funcionários. E esses são muitas vezes obstáculos não físicos à integração da pessoa com deficiência. -----

----- Hoje as Câmaras gerem um conjunto de escolas do ensino básico, por isso têm também algum trabalho a fazer e alguma articulação com quem, efectivamente, dentro da área da deficiência trabalha e habituado está com estas coisas. -----

----- O colega que me antecedeu falou num aspecto que é muito importante, que é a acessibilidade aos museus. Digamos, o facto de alguém que efectivamente quer visitar

seja o que for, e quando se fala em museus fala-se noutra actividade ou noutra tipo de entretenimento ou de visita, é difícil em Lisboa, capital de um País que se diz a caminho de uma actividade fundamental que é o turismo, não ter, de facto, áudios que conseguissem substituir muitas das pessoas que não conseguem visualizar ou detectar a beleza de determinados aspectos do museu, mas que não o conseguem fazer porque não há infra-estruturas desta natureza que os acompanhe. -----

----- Quem diz nas escolas diz também nos hospitais, e os hospitais, provavelmente, já passarão um pouco ao lado da Câmara nalguns casos. Mas quem diz nos hospitais diz em outros edifícios públicos que nós poderíamos enumerar, e seria enfadonho enumerar as situações que, de facto, criam um grande desespero a quem tem dificuldades de mobilidade. -----

----- Em suma, e porque estamos numa Câmara em que os aspectos dos projectos de arquitectura são fundamentais, eu reitero aquilo que disse no sentido de que há entidades que podem substituir a aprovação sob o ponto de vista dos projectos de arquitectura em termos de acessibilidades. E eu a ideia que tenho é que efectivamente o Secretariado Nacional de Reabilitação possa, num futuro próximo, ser uma entidade que, ao mesmo nível das entidades de energia ou do Serviço Nacional de Bombeiros, possa intervir na aprovação dos projectos na área das acessibilidades físicas. -----

----- Eu acho que temos uma legislação das mais avançadas da Europa, toda a gente diz isto, e a questão prática é sempre aquela que falha. E falha porquê? Porque as pessoas não estão sensibilizadas, e acho que um problema cultural do País é que, não estando sensibilizadas, não põem em funcionamento porque a inércia não as leva a pôr em funcionamento. Há alguma coisa que as tem que forçar a pôr em funcionamento! -----

----- Portanto, este será um mecanismo que talvez possa facilitar o trabalho da Câmara e a acessibilidade na parte física da cidade.” -----

----- **O Senhor Vítor Graça**, representante do APEC – Associação Promotora do Ensino de Cegos, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em nome da Associação Promotora do Ensino de Cegos, queria agradecer este fórum, porque, finalmente, temos um fórum para discutir os nossos problemas. Muito obrigado à Sra. Presidente da Assembleia Municipal, aos Senhores Deputados Municipais e a todos os membros da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Nós na Associação Promotora do Ensino de Cegos já não é a primeira vez que levantamos alguns problemas com os quais nos debatemos todos os dias, porque já foi dito aqui mas nunca é de mais repetir os trambolhões que nós damos nos buracos da rua, nos caixotes, nos carros e tudo o mais. -----

----- Dizia o Sr. Presidente da ACAPO que, se calhar com poucos custos, podíamos resolver alguns problemas. Se os trabalhadores da Câmara quando colocam um sinal de trânsito pensarem que em lugar dele ficar na vertical ficar na horizontal resolviam o problema, ficava lá o mesmo sinal e as pessoas cegas não lhe davam com a cabeça. -----

----- Se pensarmos nas escolas que temos na Cidade de Lisboa, onde não há técnicos de locomoção para ensinar as pessoas a irem à escola, alguma coisa está mal. E nas bibliotecas, conforme disseram, é também bastante complicado para nós lá nos deslocarmos. É tempo de ouvirem as pessoas com deficiência visual porque um

arquitecto faz muito bonitinho e fica tudo muito interessante, mas o que é interessante para as outras pessoas, para nós, cegos, é diferente. É preciso que nos oiçam, que nós vamos ao sítio e com a bengala, porque é assim que nós nos deslocamos em todos os sítios, possamos ter uma palavra e que sejamos ouvidos para que as coisas se tornem efectivamente acessíveis. -----

----- Quando se diz que as pessoas com deficiência não se sabe onde estão, é verdade. Nós todos os dias, na associação, recebemos telefonemas de pessoas que estão em casa completamente desesperadas sem ninguém que vá com elas beber um café, que vá com elas a uma consulta, que as traga para a sociedade. Estão em casa fechadas sem qualquer apoio além do apoio da família, que não pode fazer mais nada porque também não tem informação, ninguém lhe passa a informação de que aquela pessoa pode ir para a associação A, B ou C para ser reabilitada porque pode ser integrada e pode ir trabalhar.-----

----- Eu ceguei tinha 26 anos, estive em casa durante alguns anos, a minha família fez o melhor que foi capaz mas não fez mais porque não tinha informação. Portanto, era tempo da nossa Câmara de Lisboa criar serviços que dessem informação às famílias, que as pessoas com deficiência visual podem ir trabalhar, que é possível reabilitá-las, que é possível integrá-las. -----

----- É por isto que nós, na nossa associação, nos debatemos, mas que muitas vezes não temos resposta. -----

----- Não se sabe quantas pessoas cegas existem em Lisboa. Calcula-se, mas não se sabe o número! Não se sabe em que rua mora essa gente ou em que número é que está, para que se pudesse lá ir buscá-la e integrá-la. Portanto, não há integração se nós não soubermos onde é que as pessoas estão. -----

----- Em termos de acessibilidades não vale a pena dizer mais porque tudo já foi dito e era repetir. Esperamos, sinceramente, que a Vereação e os Senhores Deputados Municipais se empenhem e nunca se esqueçam que as associações de cegos existem para dar resposta às pessoas, para irem ao local e colaborar com a Câmara e com todos. Nós estamos disponíveis para trabalhar no que for preciso. -----

----- Muito obrigado por este fórum. -----

----- **O Senhor Prof. Carlos Costa**, Representante da CNOD – Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes, fez a seguinte intervenção. -----

----- “A CNOD - Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes, congratula-se por esta iniciativa da Assembleia Municipal de Lisboa e saúda todos os autarcas, dirigentes associativos e técnicos presente. -----

----- A CNOD representa, a nível nacional, 30 organizações de e para pessoas com deficiência, é uma pessoa colectiva de utilidade pública, membro efectivo do Conselho Económico e Social e membro efectivo do Fórum Europeu da Deficiência. -----

----- Passo agora a ler o nosso documento, que é intitulado ‘LISBOA PARA TODOS’: -

----- Não podemos ignorar que a deficiência existe, e para conhecer esta temática é fundamental conhecer as suas características em várias vertentes, para que a abordagem seja real e não de uma pessoa imaginária. -----

----- A pessoa com deficiência existe e é preciso aceitá-la sem subestimar as suas capacidades ou dificuldades. -----

----- Muitos cidadãos não deficientes ficam confusos quando tem que se relacionar com pessoas com deficiência, essa dificuldade é absolutamente natural e quando existem oportunidades de convivência é facilmente ultrapassada. -----

----- As pessoas com deficiência têm o direito de tomar as suas próprias decisões e assumir a responsabilidade pelas suas escolhas. -----

----- Ter uma deficiência não faz com que uma pessoa tenha um carácter melhor ou pior, são membros da sociedade e têm direito de permanecer nas suas comunidades de origem e de receberem os apoios necessários das estruturas regulares do ensino, saúde, serviços sociais e emprego, que são da competência do Estado, através de políticas governamentais. -----

----- As pessoas com deficiência têm os mesmos direitos, os mesmos sentimentos, os mesmos receios e os mesmos sonhos, pelo que muito mais importante que incluir é não excluir, porque somos iguais como espécie, mas diferentes como indivíduos. -----

----- O princípio da igualdade de direitos implica que as necessidades de todos e de cada um tenham igual importância e que essas necessidades sejam a base do planeamento das sociedades e que todos os recursos sejam utilizados de forma a garantir a cada indivíduo igual oportunidade de participação e usufruto. -----

----- As pessoas com deficiência ou com dificuldades de mobilidade não fazem parte das ‘preocupações’ da maioria dos responsáveis políticos, dado o muito que é necessário fazer para que Lisboa seja de todos. -----

----- A mobilidade é um dos elementos determinantes para o exercício da liberdade, da modernidade e do desenvolvimento das condições de igualdade de oportunidades dos cidadãos, deste modo é imperativo combater as barreiras sociais, de comunicação, urbanísticas e arquitectónicas. -----

----- Para tal, é necessário planear a cidade definindo acções que claramente e decididamente contribuam para promover a mobilidade e a acessibilidade de todos os cidadãos. -----

----- Devendo promover-se medidas de acção positiva, de sensibilização das pessoas e dos agentes privados para o cumprimento das obrigações legais e cívicas, a favor das pessoas mais condicionadas na mobilidade e acessibilidade, contribuindo desta forma para o aumento dos níveis de cidadania e participação das pessoas nos problemas da comunidade. -----

----- A Autarquia da Cidade de Lisboa como entidade promotora, licenciadora e fiscalizadora de obras e mobiliário urbano, não deve permitir o incumprimento sobre esta matéria, cumprindo e fazendo cumprir a legislação em vigor, em ordem à superação todas as barreiras limitativas da participação das pessoas com deficiência. ---

----- Assim, recomenda-se que entre outras medidas: -----

----- - seja garantido o acesso as assembleias de voto -----

----- - seja incluído no currículo do 1º ciclo básico, a língua gestual portuguesa -----

----- - seja obrigatório os hotéis disporem de instalações adaptadas, assim como os parques de estacionamento -----

----- - na restauração a ementa também ser em braille -----
----- - os museus disporem de um roteiro áudio -----
----- - aumento do número de transportes adaptados -----
----- O objectivo desta prelecção foi encontrar formas de despertar a consciência de
cada um para que cada um esteja mais atento à pessoa no seu todo, pois por força da
reivindicação das pessoas com deficiência, muitas alterações se têm operado para uma
sociedade melhor contribuindo, deste modo, para um novo paradigma do
desenvolvimento na evolução da humanidade.” -----
----- **O Senhor Camilo Rodrigues**, Presidente do CIDEF – Centro de Inovação para
Deficientes, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Eu queria começar com um agradecimento e por saudar, muito especialmente, a
realização desta iniciativa. -----
----- Tinha previsto dividir a minha comunicação em três áreas, mas vou ter que fazer,
necessariamente, uma primeira intervenção introdutória, quer pelo título da
conferência, quer por algumas coisas que foi ouvindo ao longo deste dia e que, enfim,
costumo ouvir sempre que se realizam estas iniciativas. Mas – isto é dito com a maior
frontalidade – não quero ser pretensioso e muito menos incorrecto, portanto entendam
isto como um contributo que acho que é válido. -----
----- Está aqui dito neste painel ‘portador de deficiência’! Bom, eu lembro-me de vir a
esta sala, já há mais de 30 anos, com o meu avô, e quando aqui entrava deixava no
bengaleiro uma coisa que trazia vestido, porque ou era portador de um casaco, ou era
portador de um boné quando era miúdo, portanto deixava isso no bengaleiro. Eu não
me parece que as pessoas com deficiência que aqui estão tenham deixado a sua
deficiência lá fora no bengaleiro! Seria muito bom que assim fosse, mas não é! -----
----- Portanto, não é ‘portador de deficiência’! Vamos utilizar as palavras e a adequá-las
àquilo que são as modernas e as mais dinâmicas tendências nesta área: é ‘pessoa com
deficiência’, ‘pessoa com necessidades especiais’, cidadão de pleno direito. Isso é que é
a realidade e estas acções têm que estar em consonância com as atitudes e com a
terminologia que é utilizada, sob pena de continuar a haver sempre aqui algo que nos
escapa, porque o que estamos a falar, de facto, é de pessoas. De pessoas e de contextos!
----- E o que é a deficiência? A deficiência é, de facto, alguma incapacidade ou algum
constrangimento face a um determinado contexto, mas muitas vezes a questão do
contexto nem sempre é fácil operar. Já se viu e já se falou muito aqui na questão das
acessibilidades, e a questão das acessibilidades de facto é fácil operar. Fácil entre aspas,
é complicado mas pode ser realizado. Mas há outras intervenções que têm que ser
necessariamente na pessoa. É a questão da formação, e nessa óptica todos somos
deficientes. Enfim, para fazer aqui uma intervenção eléctrica é preciso ter a formação
de electricista, portanto aí é preciso uma intervenção na pessoa. -----
----- Portanto, todas as pessoas são cidadãos, o objectivo é que haja intervenções nos
contextos em que eles são necessários, nos contextos externos ou, eventualmente, junto
das pessoas, e para isso estamos cá nós, estamos todos, a contribuir para que isso
aconteça. -----

----- É esse o sentido que eu penso que tem este fórum. Mais uma vez digo que não pretendo de todo ser incorrecto com a organização, acho que estas acções são extremamente positivas, mas vamos então adequar as terminologias às acções porque as acções sem as terminologias adequadas correm sempre o risco de serem entendidas – e desculpar-me-ão a expressão – com actos antigos como é a caridade, como é o assistencialismo, porque hoje em dia, em pleno século XXI, já não se pode falar nisso. Fala-se de cidadania, de participação plena, todas as pessoas são iguais dentro da sua diferença, que até é conferida por eu ter um número do bilhete de identidade e qualquer destas pessoas que aqui estão ter um número diferente do meu. É essa a diferença. -----

----- Eu estou aqui em representação de uma organização que foi fundada por uma pessoa que já foi aqui referida da parte da manhã, o Eng.º Jaime Filipe, que é o CIDEF, é um centro de formação e reabilitação para pessoas com deficiência, que intervém basicamente na área da formação profissional e na readaptação de postos de trabalho para pessoas com deficiência física, concretamente na formação profissional nas áreas da informática e tecnologias de informação e comunicação. -----

----- Estamos inseridos no espaço que é Lisboa cidade e, portanto, fomos convidados para aqui estar. E o que é que eu acho que era importante que saísse hoje daqui, e não só neste encontro mas também num outro que já foi promovido no edifício da Câmara, no Campo Grande, pelo Sr. Vereador Sérgio Lipari Pinto, que foi uma intervenção muito positiva, na minha óptica, mas que terá que ter continuidade. Teve esta continuidade mas há mais a fazer. -----

----- Era importante, de facto, que as organizações de Lisboa intervissem directamente junto dos cidadãos de Lisboa e aqueles que nos visitam diariamente. Aliás, eu sou visitante de Lisboa porque moro do outro lado do rio e venho todos os dias para Lisboa. Lisboa tem esta característica, recebe diariamente milhares e milhares de pessoas e para eles também deve intervir. -----

----- E vou introduzir aqui uma frase que é importante, não é nova, todos nós já ouvimos falar disto mas não a praticamos, que é tomar atitudes de parceria. -----

----- Fala-se na questão dos recursos. Bom, há sempre dificuldades de recursos, há sempre problemas de recursos, é sempre necessário mais dinheiro, é verdade isso. Mas em muitas situações, com toda a sinceridade, eu não sei se seria preciso mais dinheiro mas sim uma maior rentabilização dos recursos existentes, uma maior adequação das necessidades com a procura existente, para que, em consonância, elas se articulassem e, de facto, se desse uma resposta eficiente às pessoas. Se depois houvesse problemas, logo se reclamaria, logo se diria se de facto há interesse naquelas intervenções. Mas, neste momento, acho que estamos, necessariamente, numa óptica de ter que rentabilizar recursos. -----

----- Como é que isso pode ser feito? Eu sempre foi adepto de uma parceria entre aquilo que é o Estado, e Estado na sua globalidade de estrutura central, portanto Governo, Administração Pública e tudo isso, mas também as autarquias como é evidente. E até porque ao falar de cidadãos falamos de cidadania, as autarquias têm aqui um papel fundamental porque representam, no fundo, as cidades, enfim com respeito pelas outras localidades que têm outras designações, mas de facto os Municípios estão sempre

associados a uma cidade. E era importante que a autarquia de Lisboa tomasse algum papel de intervenção directa, porque este é um papel que cabe à cidade, junto dos seus cidadãos ou junto do público que a visita. -----

----- E, para isso, havia que articular aquilo que são as ofertas privadas das nossas organizações. Existem tantas no terreno que estão espalhadas por Lisboa que podem fazer muita coisa, que podem articular-se com os serviços da Câmara, que podem articular-se com os serviços públicos como, por exemplo, os serviços de emprego do Instituto de Emprego e Formação Profissional. O Instituto de Emprego é uma estrutura central, sem dúvida nenhuma, depende do Ministério, mas os centros de emprego são estruturas locais que estão na cidade, portanto devem dar resposta aos habitantes da cidade e por isso devem ser chamados a esta confrontação, a esta ligação com a Câmara e com a Assembleia Municipal. E é nesse aspecto que eu apelo a que essa parceria exista. -----

----- Os serviços de saúde a mesma coisa. E se nós começarmos a ver o problema da cidadania é um problema multi-sectorial. Não é um problema da deficiência, é um problema da cidadania. Passa pela educação, pela formação, pela saúde, pelo desporto, pela cultura, pelo lazer e por uma infinidade de coisas. E há uma série de organizações com alguma especialidade nesse tipo de situações daquelas tais pessoas que têm determinados constrangimentos que condicionam a sua acção com o meio ambiente em que estão inseridas, que têm alguma capacidade de intervenção, umas numa área outras noutra. E em parceria podem articular-se para uma acção com o mesmo indivíduo. -----

----- Eu represento também, embora não esteja aqui nessa situação, uma Federação, à semelhança do meu colega da parte da manhã, Dr. Mário Aboim, que representava a FENARCERCI, ou seja, faço parte da direcção de uma Federação de Centros de Reabilitação Profissional e Emprego para Pessoas com Deficiência, que é a FORMA, represento também organizações privadas e sei que é difícil falar em parceria. Contra mim falo, contra os meus colegas falo, contra aquelas pessoas eu represento falo, porque, de facto, tem sido muito difícil trabalhar em parceria. E acho que aí o Estado pode assumir o seu papel, que é um papel regulador, porque ao Estado pede-se é isso, que não seja demasiadamente interventor, que seja regulador das interações que são necessárias entre serviços públicos, entre serviços privados e mesmo dentro dos próprios serviços privados interagir entre eles para esta resposta multi-sectorial. -----

----- Porque também há a tendência clara das nossas organizações, e mais uma vez digo que contra as organizações por vezes tenho que falar e tenho que assumir isto, de que aquela pessoa com deficiência é o nosso deficiente, é o nosso utente, é o meu utente. Não é nada disso! São pessoas da comunidade, são pessoas da sociedade, são pessoas que têm o direito de participar, têm a sua forma de interagir com o meio, não são propriedade de ninguém. E é nessa perspectiva que a Câmara e o Estado, se assim o quiserem, podem regular ao nível dos cidadãos. -----

----- Este era o papel de Lisboa cidade. Depois, há outro papel muito importante. Lisboa é a maior cidade do País e tem, ainda por cima, uma característica muito importante – há outros países onde nem sempre é assim, há outros países que cidades mais pequenas são a capital – que é ser também a capital de Portugal, e isso levanta outras

responsabilidades porque sendo uma capital europeia – e há 25 – tem que ser um exemplo do País, tem que ser uma amostra de boas práticas do País, tem que ser uma cidade que sirva de exemplo não só para as outras cidades do País mas também que não se envergonhe de estar ao nível das outras cidades capitais europeia. -----

----- E depois não há que esquecer a nossa interação com os países de expressão portuguesa, até porque existe uma organização, penso eu, de Cidades Capitais de Língua Oficial Portuguesa, onde Lisboa, de facto, tem uma ampla responsabilidade. E reparem, os países africanos têm fabricado nos últimos anos, nomeadamente Angola e Moçambique com situações de guerra, inúmeras pessoas com constrangimentos, com deficiências. E Lisboa podia dar-lhes exemplos como era que se podia chegar a um bom caminho de integração das pessoas. -----

----- Tem essa responsabilidade também, do lado das organizações privadas, dentro do possível e, enfim, com as mensagens que nós vamos deixando e que vamos lançando para os dirigentes e para os técnicos que é preciso trabalhar em parceria, eu diria que estaremos disponíveis para trabalhar em parceria, assumindo o Estado um papel regulador, que deve ser até de provocador porque deve dar o exemplo nalguns casos, mas regulador para que possamos dar melhores condições às nossas pessoas portadoras de deficiência. -----

----- Lá está “as pessoas portadoras”! Deixem que elas dispam aquilo que trazem e passem a ser cidadãos de facto, porque é isso que são, cidadãos de pleno direito.” -----

----- **A Senhora Presidente**, antes de dar a palavra ao dirigente associativo que se seguia, disse que a Mesa pretendia esclarecer o seguinte: -----

----- “Não ignora que, em termos conceptuais, a designação mais *adjornata*, sabemos todos, é de “pessoas com necessidades especiais”. Todos nós sabemos! Mas este é um fórum de cidadania e é um fórum que pretende ter também uma função pedagógica para o exterior. O conceito de deficiente é um conceito que foi definitivamente assim dito, anatemizado como se sabe, porque é redutor. -----

----- A ideia de “cidadão portador de deficiência” e a expressão que ali está, deve-se ao facto de ser um conceito que foi sucessivamente reclamado em fóruns como este e em sessões de trabalho como esta, como todos aqueles que os frequentam há muitos anos sabem, e tem exactamente em conta o facto de alguém necessitar de cuidados especiais ser um elemento que deve ser sempre entendido como circunstancial e não como estrutural. -----

----- É exactamente o contrário da leitura que aqui foi feita! É essa a designação que é univocamente utilizada em fóruns e que permite ao cidadão comum, ou perante o cidadão comum, fazer alguma pedagogia. Porquê? Porque se a Assembleia Municipal, ou qualquer outro fórum, organizar uma iniciativa com a designação de “pessoas com necessidades especiais” dificilmente sensibiliza para o tema. -----

----- Portanto, é absolutamente essencial que aqueles que não lidam com a tecnicidade que estas questões sempre têm, se identifiquem e percebam que existe essa preocupação, e que essa pedagogia deve ser feita, o que significa que nós temos que encontrar aqui uma linguagem intermédia, uma linguagem que não fira a sensibilidade

de todos aqueles que ligam numa perspectiva política e técnica com estas questões, e do cidadão comum que ainda não está identificado com alguma tecnicidade. -----

----- E daí a opção por aquele que é um conceito que tem recebido alguma pacificidade, digamos assim, de utilização neste tipo de iniciativas. -----

----- Queremos todos, e a Mesa e a Assembleia são as primeiras a querer, que um dia todos percebam o que são cidadãos com necessidades especiais. Somos os primeiros a querer, a gostar e a apostar nisso. -----

----- Mas enquanto isso não for possível temos que nos fazer entender, não podemos funcionar num registo fechado, e temos que fazer esse esforço junto do cidadão comum. -----

----- Foi relativamente consensual nas intervenções que aqui vimos, sublinhar a inexistência de alguma insensibilidade social que existe. Houve até um exemplo tocante: quando se está numa loja do cidadão e se quer ser atendido mas não nos conseguimos fazer entender, provocamos filas e geramos incompreensão nos cidadãos que estão atrás. A necessidade de nos fazermos compreender é talvez a primeira barreira que temos que eliminar. -----

----- Eu disse uma vez, com alguma incompreensão, que Lisboa não era uma cidade com barreiras, era ela própria, toda ela, uma barreira! De facto é, e já temos visto aqui nos vários vectores, e havemos de ver ainda uma vez que faltam duas intervenções, e de muitas outras barreiras poderíamos falar. -----

----- Esta explicação fica feita porque é importante que se entenda qual foi a opção pela designação e porquê, embora seja muito saudável e é bom que ela seja aqui questionada, isso também faz parte. -----

----- Não ignorando qual é neste momento, do ponto de vista técnico, o conceito mais adequado, nós temos que nos fazer entender e temos que fazer pegar essa pedagogia. Portanto, se quiser, houve intencionalidade nesta opção, e a intencionalidade está explicada.” -----

----- **A Senhor Presidente** chamou depois para intervir a Senhora Dra. Paula Brito e Costa, representante da RARÍSSIMAS – Associação Nacional de Deficientes Mentais e Raras, e constatando que já não se encontrava presente disse que tinha pena porque era uma das intervenções aguardadas com muita expectativa, mas se se encontrasse na Sala algum representante da associação, sem embargo de depois se fazer chegar este interesse à associação, pedia que fizesse chegar algumas propostas, sobretudo porque com a preocupação desta associação estavam associadas muitas preocupações que os preocupam transversalmente, e ia ser muito clara, designadamente a questão do apoio à educação. De facto, na área da educação havia muitíssimas fragilidades, para não utilizar outro adjectivo, no apoio às próprias famílias havia muitíssimas fragilidades neste sector, portanto insistia no contributo desta associação porque entendia que era essencial aos trabalhos. -----

----- **O Senhor Helder Duarte**, representante da Liga Portuguesa de Desporto para Surdos, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Falo da área do desporto de há algum tempo a esta parte. Já sabem que temos o desporto para todas as pessoas, mas na área das pessoas com deficiência há outra área,

que é a de surdos, que achamos que não se inclui na outra grande área das pessoas com deficiência. -----

----- Portanto, é preciso sensibilizar todas as pessoas, os políticos, enfim todas as pessoas do movimento associativo para esta área da surdez. De há muito tempo a esta parte, na área do desporto, nós respeitamos todos os intervenientes, portanto os deficientes em si, temos quatro sub-áreas, uma delas relativamente às pessoas surdas que não se incluiu nesta área das pessoas com deficiência. Os surdos não se incluem neste tema. -----

----- A Liga tem trabalhado sozinha para as pessoas surdas. O Surdo-Olímpico, é como se chama, que já foi aprovado, é reconhecido, portanto no meio internacional o Surdo-Olímpico está reconhecido desde Maio de 2001. Agora, aqui em Portugal, não conseguimos de forma nenhuma informar e sensibilizar a opinião pública sobre esta matéria. Não conseguimos! Tentamos apoios junto da Câmara, do Governo e em diversos sítios, mas tem sido muito difícil, muitos bloqueios, muitos obstáculos nós temos encontrado pelo caminho. O problema, eventualmente, é o reconhecimento! Têm-nos reconhecido a nós como pessoas com deficiência, somos todos iguais, todos metidos dentro do mesmo saco. Isto é uma questão política. -----

----- E há aqui uma falha no âmbito político! Há especificidades na área da deficiência, todos são diferentes, não podemos ser todos tratados da mesma forma, somos diferentes! Hoje de manhã, o Presidente da Associação Portuguesa de Surdos, portanto uma pessoa surda, a sua comunicação é que a grande diferença das pessoas surdas. Eu ponho a minha questão: será que o facto de termos uma comunicação diferente nos inclui fisicamente no âmbito da deficiência? Será um problema de ouvir, com certeza é uma deficiência sensorial sim, mas é a comunicação, a grande diferença é esta. As pessoas surdas têm uma língua própria que é a língua gestual. -----

----- Mas de há muito tempo a esta parte Portugal tem participado nos Surdo-Olímpicos, em 2005, na Austrália, em Atenas também estivemos presentes, tudo bem eu respeito os Para-Olímpicos, mas o grupo de surdos não se inclui neste grupo. Nós somos um outro sub-grupo, respeitamo-nos todos uns aos outros e queremos ser tratados de uma forma equitativa, mas isso não tem acontecido. A Liga tem pedido às Juntas de Freguesia, aos Para-Olímpicos, a tudo, mas assustam-se sempre com a questão dos surdos, calam-nos um bocado sobre isso e não nos apoiam. Mas qual é a diferença, afinal, entre os Surdo-Olímpicos e os Para-Olímpicos? Nós tentamos explicar mas há aqui uma grande confusão nesta matéria, e há aqui um choque que nós aproveitamos, neste momento e uma vez mais, para vos sensibilizar e não vos confundir: Para-Olímpicos é uma questão, é uma área onde há deficiência mental, deficiência motora, deficiência visual, enquanto os surdos é uma outra área específica, só para pessoas surdas. -----

----- Há pessoas surdas com deficiência física, sim existem, portanto a nível governamental, Câmaras e Juntas de Freguesia podem ajudar essas pessoas. Nós temos de facto uma deficiência, mas uma deficiência sensorial e, portanto, não nos enquadrámos nesse grande grupo das pessoas com deficiência física.” -----

----- **A Senhora Presidente**, a encerrar o debate, disse: -----

----- “Muito obrigados pela vossa pedagogia e pelo vosso ensinamento, pelo contributo que aqui trouxeram. -----

---- Agradeço, em nome da Assembleia, a todos os Senhores dirigentes associativos que aqui estiveram. -----

----- Quero também deixar uma palavra de agradecimento muito especial para os funcionários da Assembleia e técnicos que nos ajudaram na realização desta Sessão de trabalho. -----

----- Deixo-vos uma provocação Senhores dirigentes associativos. Façam o favor de interpelar a vossa Assembleia Municipal, habituem-se a utilizar a Assembleia Municipal como o Parlamento da Cidade, habituem-se a usá-la e a utilizá-la como meio de intervenção. No fundo, estamos todos aqui para isso. -----

----- Muito obrigados, uma vez mais, pelos contributos que aqui deixaram e a que vamos naturalmente dar sequência com a metodologia que vos deixamos indicada no início desta Sessão. -----

----- Um muito bom dia a todos, um muito obrigado, e bem-hajam.” -----

----- Seguidamente, deu por encerrada a reunião e com ela a Sessão Extraordinária nesta data iniciada. -----

----- Eram 17 horas. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Saldanha Serra, do PSD -----

----- O Senhor Deputado Municipal Rosa do Egípto, do PS -----

----- O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro, do PCP -----

----- O Senhor Deputado Municipal Carlos Marques, do BE -----

----- O Senhor Deputado Municipal Rui Roque, do CDS-PP -----

----- O Senhor Deputado Municipal José Luís Ferreira, do PEV -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal -----